

MARCHA DAS MARGARIDAS 2011

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
I - BIODIVERSIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	
1.1 - Impactos Ambientais, Controle Social e Proteção à Biodiversidade	
1. Criar mecanismos para proceder à análise, com a participação das comunidades envolvidas, especialmente das mulheres, sobre os possíveis impactos ambientais e sociais, decorrentes da implementação de grandes projetos, e considerar os resultados dessa análise no processo de aprovação e implementação dos projetos em questão.	Resposta em anexo.
2. Criar colegiado específico, com instituições governamentais e da sociedade civil com as seguintes atribuições:	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>a) Reavaliar e reorientar a política energética do país, centrada em grandes projetos como a hidroelétrica Belo Monte, em face aos impactos sociais, econômicos e ambientais permanentes;</p>	<p>i) No dia 15 de julho de 2011, ao fim da Programação do Seminário Biótico das UHEs de Santo Antônio e Jirau, ocorrido no hotel Vila Rica, Porto Velho/RO, foi formalmente instalado o Grupo de Trabalho previsto. Liderado pelo MPA e contando com os órgãos e entidades representativos das três esferas de governo, do setor da pesca e aquicultura e da sociedade civil organizada este GT está sendo constituído da forma mais paritária o possível. A ser operado pelas premissas de gestão participativa, a fim de qualificar as políticas de pesca e aquicultura pautadas nos Planos Básicos Ambientais das UHEs e focando o ordenamento e desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca em diferentes escalas e prazos, o GT deve formular imediatamente uma pauta emergencial. O GT está amparado pela Portaria Interministerial nº 02 de 13 de novembro de 2009 que Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros de que trata o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009; ii) Criação de GT idêntico na UHE de Belo Monte/PA em fase de gestação e a ser consolidado na Operação Cidadania Xingu; iii) GT s</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>b) Acompanhar a implementação dos grandes projetos - infraestrutura, geração de energia, carcinicultura, turismo, agronegócio, monoculturas de eucaliptos e outras espécies exóticas -, de modo a garantir a efetiva fiscalização quanto às condições de trabalho decente;</p>	<p>Em relação aos seus objetivos específicos, indica-se como imprescindível a observância, junto à Política Nacional de Meio Ambiente, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca – Lei 11.959/09 de 29 de junho de 2009, uma vez que seu Artigo 33 regulamenta que as sanções e penalidades atinentes aos recursos pesqueiros referenciam-se, todas, à Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) e ainda, porque, normativas decorrentes atualmente regulamentam que a gestão dos recursos pesqueiros se dará de forma compartilhada entre este MPA e o Ministério do Meio Ambiente, como o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 e a Portaria Interministerial nº 02, de 13 de novembro de 2009. Sendo assim, reforça-se, é necessária uma nova interpretação para pertinência no PBA que venha a integrar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca com a Política Nacional de Meio Ambiente, uma vez que ambas são indissociáveis. A necessidade de observância da política Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca se amplia em muito, se co</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	<p>Informações SEPAC/MP - O governo federal possui uma estrutura de fiscalização com o objetivo de verificar o cumprimento, por parte das empresas, da legislação de proteção ao trabalhador, cuja responsabilidade é do Ministério do Trabalho através das Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs. Apesar desta fiscalização abranger todas as obras do território nacional, o MTE criou um Grupo Especial de Fiscalização de Grandes Obras de Infraestrutura que atua principalmente em obras do PAC.</p>
<p>c) Adotar medidas mitigadoras dos impactos sociais, econômicos e ambientais que se traduzem, dentre outros, na expulsão e marginalização das populações rurais, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas com conseqüente aumento dos índices de violência e prostituição, inclusive entre adolescentes, além de causar a contaminação dos recursos hídricos e do solo e comprometer a biodiversidade.</p>	<p>O Governo está criando medidas que diminuam o impacto dos grandes empreendimentos.</p>
<p>3. Garantir a participação dos povos das florestas e tradicionais, especialmente das mulheres e jovens, nas ações e medidas mitigadoras atualmente desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro em relação à produção florestal sustentável, de modo a potencializá-las e fortalecê-las.</p>	<p>Foi instituído, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMFC), com o objetivo de coordenar as ações de gestão e fomento ao manejo florestal sustentável voltadas para os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas brasileiras. O público potencial do PMFC envolve os habitantes de quase 60% dos 210 milhões de hectares de florestas públicas do Brasil, o que inclui cerca de 512 mil indígenas que vivem em 105 milhões de hectares de terras, 3.524 comunidades quilombolas já mapeadas pela Fundação Cultural Palmares e 545 mil famílias assentadas na Amazônia Legal.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>4. Criar e implementar espaço permanente de participação da sociedade civil no âmbito do BNDES a fim de estabelecer critérios para o financiamento de projetos, para que se cumpra o caráter social, a geração e garantia de emprego e os compromissos de adaptação e mitigação dos impactos sociais e ambientais.</p>	<p>Foi assinado Acordo de Cooperação técnica entre este MPA e o BNDES, afim de promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura com base na inclusão sócio produtiva</p> <p>Está em andamento a negociação de parcerias entre o Ministério das Relações Exteriores o BNDES e a Petrobrás, para projetos humanitários. Tenciona-se que o BNDES e a Petrobrás apoiem financeiramente a atuação internacional de organizações da sociedade civil brasileira.</p>
<p>5. Divulgar amplamente os resultados do GT sobre política energética do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – CNDES, e debater o Plano Decenal com a sociedade, tendo como objetivo principal o controle social dos investimentos na política de agroenergia e de seus impactos sobre a soberania alimentar e nutricional, de modo a resguardar e assegurar a produção extrativista e da agricultura familiar e proteger o trabalho assalariado.</p>	<p>O plano decenal esta em consulta pública.</p>
<p>6. Fazer gestões junto ao Congresso Nacional num processo de diálogo com a classe política e a sociedade civil, a partir de um posicionamento transparente e unificado em relação à votação do Código Florestal em tramitação no Senado, na perspectiva de que sua aprovação não implique no comprometimento da biodiversidade, da governança das áreas de floresta e onde vivem populações tradicionais e das metas de redução dos gases de efeito estufa - GEE, assumidas na COP 15.</p>	<p>Durante o debate de revisão do Código Florestal na Câmara dos Deputados o governo alcançou um consenso interno e defendeu uma proposta elaborada e discutida amplamente com os movimentos sociais do campo e com outros segmentos da sociedade. A proposta do governo incorporou o princípio do tratamento diferenciado à agricultura familiar, buscando compatibilizar a produção de alimentos e o cuidado com o meio ambiente a partir de uma visão de desenvolvimento rural sustentável. Contudo, a proposta aprovada na Câmara, além de não contemplar esse entendimento, abriu brechas que ameaçam a proteção de áreas ambientalmente vulneráveis, induzem novos desmatamentos e enfraquecem os compromissos voluntários do país de reduzir suas emissões de efeito estufa. Agora que o debate prossegue no Senado, o governo mantém o diálogo com os movimentos sociais e o conjunto da sociedade organizada, assim como realiza a mais ampla interlocução com partidos e senadores buscando restabelecer o equilíbrio entre produção e proteção ambiental. É importante considerar que o governo defendeu e defenderá uma proposta de forma unificada, negociada e encamin</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>7. Garantir a permanência das famílias no perímetro delimitado e nas áreas de amortecimento das Unidades de Conservação da Natureza do Grupo de Proteção Integral e conceder bolsa/apoio às famílias que já se encontram nas Unidades criadas, até que seja concretizada a regularização fundiária das mesmas.</p>	<p>Para enfrentar a condição de extrema pobreza vivida por milhões de brasileiros e brasileiras no meio rural, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde - é uma das medidas a ser adotada. Tem o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas e elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação e uso sustentável no meio rural. O Programa Bolsa Verde tem como um de seus públicos prioritários famílias residentes em unidades de conservação de uso sustentável (florestas nacionais, reservas extrativistas federais e reservas de desenvolvimento sustentável federais) e em projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável e projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Incra. A Medida Provisória nº 535, de 02 de junho de 2011, em análise no Congresso Nacional, institui este Programa e também o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.</p>
<p>8. Desenvolver e implementar programas de conservação/preservação dos biomas brasileiros, caatinga e diversos ecossistemas, como as florestas amazônicas e os manguezais, combatendo sua degradação e garantindo, dentre outros: a preservação das plantas nativas da caatinga; recomposição das matas ciliares e revitalização dos lagos e rios.</p>	
	<p>Resposta em anexo.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>9. Assegurar como Áreas de Preservação Permanente – APPs os manguezais nas Zonas Costeiro/Marinhas, reconhecendo seu uso tradicional, histórico e milenar, seu caráter social e sustentável garantido pelas populações extrativistas Costeiro/Marinhas.</p>	<p>Essas áreas já são legalmente protegidas na Constituição Federal e em diversos instrumentos, dentre os quais, o Código Florestal Brasileiro, na sua atual redação. Outros instrumentos importantes para assegurar a proteção e a gestão socioambiental dessas áreas são o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira, o Projeto Orla e a criação de Unidades de Conservação Marinha .</p>
<p>10. Adotar medidas que proíbam a venda e queima do coco babaçu inteiro nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.</p>	<p>Alguns estados adotaram legislações que proíbem ou restringem essas práticas, mas no geral a queima e venda do coco inteiro continua sendo realizada.</p>
<p>11. Apoiar a aprovação do Projeto de Lei Federal Babaçu Livre, PL nº. 231/2007, que dispõe sobre o livre acesso aos babaçuais pelas quebradeiras de coco, em regime de economia familiar, e a proibição de derrubadas de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências.</p>	<p>Em tramitação no Congresso</p>
<p>12. Revisar os critérios e metodologias utilizadas pelo Ministério da Integração Nacional para a classificação e seleção de municípios a serem incluídos no perímetro compreendido como Semi-Árido Brasileiro e criar o Fundo Nacional de Financiamento da Convivência com o Semi-Árido, prevendo, dentre outras, a preservação e uso sustentável da floresta caatinga.</p>	<p>Governança do MI ação em andamento com GT já instalado.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>13. Criar no Ministério do Meio Ambiente um programa para apoiar projetos de enfrentamento à desertificação e de convivência com o Semi-Árido, contemplando, dentre outras, as seguintes ações: casas de sementes crioulas, quintais produtivos, mandalas, barragem subterrânea, cisterna calçadão, hortas orgânicas, viveiros de mudas, atividades agrossilvopastoril, farmácias vivas.</p>	<p>O Plano Nacional de Combate à Desertificação, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, está em processo de revisão e ampliação do seu escopo de atuação. Recentemente, o MMA criou e está estruturando o Departamento de Combate à Desertificação e Recuperação de Áreas Degradadas, em consonância com as recomendações da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>14. Criar programas de incentivo à pesquisa, produção e uso de fitoterápicos.</p>	<p>Tema de competência da Embrapa. Sugere-se encaminhar a proposta diretamente àquela empresa.</p> <p>Foi elaborado, em 2009, o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com o objetivo de garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, o desenvolvimento de tecnologias e inovações, o fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos associados e o uso sustentável da biodiversidade brasileira. Nesse contexto, está em elaboração um marco regulatório voltado a regulamentar e promover o uso de plantas medicinais e fitoterápicos em todas as etapas da cadeia produtiva, a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países, com a adoção de boas práticas de cultivo, manipulação e produção de plantas medicinais e fitoterápicos. Também serão desenvolvidos instrumentos de fomento à pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovações em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva.</p>
<p>15. Incentivar e apoiar o reflorestamento com implantação de viveiros de mudas adaptados a biodiversidade local.</p>	<p>O INCRA já atua nessa atividade através da ação orçamentária Manejo de Recursos Naturais. Para essa ação o atual orçamento está fixado em R\$ 12.213.858, 00. Desse total R\$ 9.500.000, 00 já estão comprometidos com a EMBRAPA para os municípios do Arco Verde atendendo mais de 10.000 famílias. Os R\$ 2.713.888, 00 restantes asseguram o atendimento a aproximadamente 1000 famílias.</p> <p>Resposta em anexo.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>16. Garantir e apoiar a participação das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta nos conselhos e demais espaços que concebem, debatem e acompanham as políticas ambientais, prevendo ações de capacitação com vistas a qualificar a sua incidência política.</p>	<p>Há diversos fóruns e conselhos coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente que contam com a participação da sociedade civil, embora não haja previsão de cotas para gênero. A Comissão Nacional de Combate à Desertificação, por exemplo, vem promovendo a representação de gênero nos moldes preconizados pela Secretaria Especial dos Direitos da Mulher da Presidência da República. A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, por sua vez, conta com representantes dos diversos segmentos das comunidades tradicionais, sendo que alguns deles apresentam forte influência de gênero, tais como as quebradeiras de coco babaçu e as catadoras de mangaba (atualmente, a Comissão conta com 12 representantes mulheres, entre titulares e suplentes). Além disso, as organizações da sociedade civil têm seus custos de participação, em geral, cobertos pelo poder público.</p>
<p>17. Implementar a substituição de sacolas e embalagens plásticas por biodegradáveis, com legislação específica, e apoiar a produção de sacolas com fibras naturais, como as da carnaúba, babaçu e outras.</p>	<p>Há crescente busca por varejo, e consumidores por alternativas menos agressivas ao meio ambiente, o que estimula o desenvolvimento de tecnologias e indústria de sacolas e embalagens biodegradáveis e de fontes renováveis. O MMA estimula esta indústria ao divulgar seus produtos como alternativa ao uso de sacolas plásticas convencionais por meio de sua atuação e da campanha "Saco é um Saco", lançada em 2009, e ainda ativa.</p>
<p>18. Criar grupo permanente de estudos e pesquisas, com a participação de representantes da sociedade civil, para discutir o modelo agrícola, na perspectiva de promover a mudança da matriz de alto insumo energético (fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica, para a matriz de baixo insumo energético e de diversidade ecológica, bem como apoiar fontes alternativas de energia, como energia solar e eólica.</p>	<p>O MMA, em conjunto com o MDA, MDS, MAPA e Embrapa, está elaborando a proposta de um Programa Nacional de Agroecologia. Essa construção terá como base estruturante o PPA 2012-2015. Para tanto, foi estabelecido um objetivo no programa temático da Agricultura Familiar sobre a produção de base agroecológica. No entanto, um conjunto de outros objetivos, de outros programas temáticos, como o de Biodiversidade, de Florestas e de Segurança Alimentar, comporão o Programa de Agroecologia.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
19. Divulgar amplamente e apoiar a construção e uso dos fogões ecológicos nas suas diversas modalidades.	O Ministério do Meio Ambiente articulou com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e a Caixa Econômica Federal, recursos do Fundo Clima e do Fundo Socioambiental da Caixa para o apoio a ações de melhoria da eficiência energética e aquisição/construção de fogões ecológicos que eliminarão os fatores causadores de doenças nas mulheres do campo.
1.2 - Serviços Ambientais	
20. Instituir uma política nacional de pagamento por serviços ambientais destinadas ao extrativismo e a agricultura familiar conforme a Lei 11.326/2006, garantindo a renumeração, como renda complementar para as áreas preservadas.	Resposta em anexo.
21. Retomar o financiamento das atividades do Programa Pro - Ambiente, garantindo o reconhecimento das iniciativas das mulheres e das famílias das populações do campo e da floresta, nas práticas de conservação dos ecossistemas.	O Programa Proambiente nasceu como uma iniciativa da sociedade e foi posteriormente internalizado como Programa do PPA. Na condição de uma iniciativa piloto e demonstrativa, cumpriu o importante papel de promover uma agricultura em bases sustentáveis, particularmente na realidade amazônica, desenvolvendo de forma participativa metodologias e instrumentos de políticas públicas inovadores. Com base na experiência do Proambiente, e visando universalizar seus benefícios na forma de uma política pública estruturante, o governo elaborou um Projeto de Lei instituindo o Pagamento por Serviços Ambientais com ênfase e prioridade para a Agricultura Familiar. Atualmente esse Projeto tramita no Congresso Nacional. Por outro lado, a essência do Proambiente foi incorporado no Pronaf Sustentável, uma nova modalidade de fomento à produção agrícola em bases sustentáveis.
22. Debater com as organizações da sociedade civil a implementação do Bolsa Verde, previsto no Programa Brasil sem Miséria, na perspectiva de rever seus critérios e ampliar o acesso.	As condições de implementação e os critérios de acesso estão previstos na Medida Provisória 535, de 02/06/2011 que está sendo discutida no Congresso Nacional no processo de conversão da MP em Lei.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
1.3 - Reservas Extrativistas	
<p>23. Incentivar o processo de constituição de mosaicos de grupos e categorias na criação das Unidades, e readequação das áreas já criadas, considerando os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a conservação da biodiversidade com a valorização da sociobiodiversidade no contexto regional.</p>	<p>O MMA por meio da Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010 instituiu os procedimentos para o reconhecimento de mosaicos, previsto no art. 26 da Lei SNUC. Para auxiliar a comunicação e diálogo com a sociedade, foi lançado o site (www.redemosaicos.com.br) da Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas. Este site é coordenado pelo MMA / Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ / Cooperação Técnica Brasil-França. Com relação a readequação de áreas já criadas, oito casos de sobreposição de territórios tradicionais com áreas de UC de Proteção Integral estão em avaliação na Câmara de Conciliação de Assuntos Fundiários da Advocacia Geral da União.</p>
<p>24. Agilizar os processos em tramitação, para a criação das Reservas Extrativistas – Resex, como estratégia para preservar a biodiversidade, garantir o acesso das mulheres a terra e aos recursos naturais, fundamentais à produção sustentável e ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, extrativistas, quilombolas e indígenas, por meio de:</p>	<p>O ICMBio e o MMA estão revisando, de forma a otimizar e qualificar, os procedimentos para criação e consolidação das reservas extrativistas – Resex no país em articulação com Ibama, MDA e Inbra. Os movimentos sociais tem participado desse processo, por meio de instâncias colegiadas, como a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que está sugerindo a lista de prioridades de Resex a serem criadas. É importante destacar que no dia no dia 05 de agosto 2011, o MMA e o MDA assinaram uma portaria interministerial constituindo um Grupo de Trabalho para propor a regulamentação das categorias de manejo de unidades de conservação, Resex e RDS, tendo em vista a importância de definir diretrizes para a criação, implementação e modelos de gestão para essas categorias.</p>
<p>a) Criação das Reservas Extrativistas Marinhas no Pará, Maranhão, Santa Catarina, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, especialmente aquelas que já contam com protocolo e vistoria;</p>	<p>Há 61 propostas de criação sendo acompanhadas e monitoradas no ICMBio. São processos em diferentes estágios de criação, como pode ser observado na tabela em anexo. Os estados e o número de Resex em análise são: AC (2), AL (1), AM (6), AP (4), BA(3), CE (1), ES (1), MA (11), MG (8), MT (2), PA (9), PE (2), PR (1), RJ (1), RN (1), RO (3), RR (1), SC (3), SE (1).</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
b) Garantia do acesso das mulheres aos recursos naturais e apoiar os grupos produtivos que atuam com pesca artesanal e extrativismo na Zona Costeiro/Marinha, com assistência técnica e crédito;	O Projeto Orla e o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira são importantes meios de participação e defesa do acesso e uso de territórios e recursos naturais. Quanto ao crédito e assistência técnica, o MMA e o MDA estão ampliando a parceria para estender esses instrumentos e benefícios para o conjunto das comunidades extrativistas e tradicionais. O Ministério da Pesca também faz parte desse esforço para fortalecer a organização e a economia dessas populações.
c) Criação da Reserva Extrativista de Babaçu no município de Amarante – MA, envolvendo as comunidades de Grotão, Pifeiro, Água Preta, Pindarezinho e Mundo Novo;	A vistoria para criação da Reserva Extrativista de Babaçu, no município de Amarante (MA) foi realizada e possui parecer positivo.
d) Regularização integral das Reservas Extrativistas (Resex) de Mata Grande e Ciriaco (MA) e de Extremo Norte (TO), e criar as Resex de Enseada da Mata, município de Penalva (MA), e do Médio Rio Branco, Jauaperi (RR).	O estudo fundiário da Resex Enseada da Mata (MA) está em fase de conclusão, porém os demais estudos previstos já foram concluídos. No caso da Resex Baixo Rio Branco Jauaperi (RR), os estudos e a consulta pública já foram realizados. Depende agora de entendimentos que o governo federal está realizando com o estado de RR
1.4 - Extrativismo e Organização Produtiva	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>25. Implementar programa interministerial – MMA, MDA e MDS – com o objetivo de apoiar a produção e comercialização de produtos oriundos do extrativismo e da agro biodiversidade nas diversas regiões do país, e em especial nas reservas extrativistas, associado a estratégias de preservação ambiental. Ao contemplar toda a cadeia produtiva, deve garantir assessoria técnica – ATER, crédito e fomento, organização social e produtiva, pesquisa e tecnologia, agregação de valor, criação de linhas de produtos, mercados e marcos regulatórios.</p>	<p>A Nota Técnica 01/2010, instrumento que orienta sobre os procedimentos para seleção e contratação de serviços de ATER pelas SR do Incra, orienta que a demanda de ATER para público da Reforma Agrária no interior de UC seja feita com a unidade do ICMBio responsável.</p> <p>Já existe programa de subvenção de preços extrativista no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, contemplando onze produtos, com a possibilidade de inclusão de outros a cada ano.</p> <p>O MDA em parceria com outros ministério tem apoiado as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade através do Plano Nacional da Sociobiodiversidade. Tem contribuído para a divulgação e comercialização destes produtos através da FENAFRA e tem apoiado com assistência técnica realizando chamada específica de fortalecimento das organizações que compões estas cadeias, com o Mat Gestão, cuja chamada foi aberta para 3 (três) Estados Acre, Pará e Amazonas, visando a aplicação da metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão Produção e Comercialização para definir soluções técnico-gerenciais-tecnológicas e implementar soluções pontuais em empreendimentos coletivos de PCTAFs, inseridos nas cadeias de valor apoiadas pelo PNPSB. O Plano apoia também as cadeias prioritárias do Coco Babaçu e Castanha-do-Brasil. Os APLs acompanhados no âmbito do PNPSB foram identificados e selecionados a partir de 2008 conforme critérios políticos, socioculturais, econômicos, de mercado, ambientais, com a representatividade em relação aos Biomas brasileiros, além da importância dos produtos para os PCTAFs.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	<p>O Governo brasileiro iniciou diálogo com a organização civil italiana "Libera", para projetos de inserção no mercado econômico internacional de produtos agrícolas advindos da agricultura familiar brasileira (cooperativas, assentamentos da reforma agrária, quilombos, terras indígenas). Entre as principais atribuições da Libera destacam-se a produção de terras confiscadas da máfia italiana e o apoio à comercialização de bens produzidos naquelas terras. Cumpre ressaltar, ainda, que o Brasil busca privilegiar, no âmbito da cooperação humanitária internacional, projetos de compras locais de alimentos da agricultura familiar a serem fornecidos a populações em vulnerabilidade, de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional e apoiar a inclusão do produtor no mercado local do país beneficiado .</p> <p>Resposta em anexo.</p>
<p>26. Assegurar a destinação dos recursos do PRONAF Floresta para a implantação de projetos de reflorestamento, exclusivamente com espécies nativas da agrobiodiversidade.</p>	<p>Co-Governança MI - Fundos Constitucionais. Pode ser objeto de negociação nos Objetivos e Diretrizes da Programação Anual dos Fundos Constitucionais</p> <p>No momento não existe impedimentos para projetos com espécies nativas na linha de crédito PRONAF Floresta. Para a Safra 2011/2012 foram assegurados R\$ 35 milhões para a linha de crédito PRONAF Floresta.</p>
<p>1.5 - Educação Ambiental</p>	
<p>27. Instituir programa interministerial (MDA, MMA, MEC) de educação ambiental que:</p>	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	Resposta em anexo.
a) Promova uma reflexão ampliada do modelo de exploração agrícola e de ocupação agrária reafirmando as dimensões do desenvolvimento rural sustentável e da biodiversidade;	Resposta em anexo.
b) Valorize a cultura e o saber das mulheres do campo e da floresta, sobre o manejo dos recursos naturais, preservação do patrimônio genético e defesa dos territórios, com a produção de materiais didáticos, que incluam a sistematização de experiências e saberes locais.	Resposta em anexo.
II - TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA	
2.1 - Terra	
28. Elaborar e implementar um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, assegurando a obtenção de terras e as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos para atendimento das seguintes metas no ano de 2011:	
a) Assentamento de 200 mil famílias pelo INCRA;	Considerando as condições operacionais e orçamentárias atuais a capacidade de assentamento de famílias do Incra não será maior do que a meta realizada em 2010 (39.479 famílias homologadas).

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>b) Assentamento de 20 mil famílias pela Política Nacional de Crédito Fundiário – PNCF;</p>	<p>1) A demanda inscrita nos sistemas de gestão do Programa Nacional de Crédito Fundiário é de mais de 60 mil famílias. Em 2011 já foram atendidas 1300 famílias.</p> <p>2) Temos limite orçamentário para atender mais 1900 pela linha CPR e 6.000 pela linha CAF.</p> <p>3) O desempenho nas contratações para 2011 também sofre impacto do processo de transição nas equipes estaduais, em função do processo eleitoral, e da implementação das novas normas do programa. 4) De acordo com o PPA 2012/2015 Programa Temático Reforma Agrária e Reordenamento Fundiário a meta proposta é de 80 mil famílias beneficiárias pelo PNCF.</p>
<p>c) Regularização fundiária de 100 mil posses em terras públicas Federais, Estaduais e do Distrito Federal. Neste processo de regularização, atender, prioritariamente as quebradeiras de coco babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará;</p>	<p>A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA executa cooperação técnica plurianuais, firmados com os estados, através parceria com os estados de Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte por meio de ação direta das Superintendências Regionais com o INCRA. Em 2011, a regularização fundiária passou a fazer parte do plano orientando a ampliação das ações focadas neste contexto.</p> <p>Os esforços realizados até agora, bem como os resultados obtidos com as famílias de trabalhadores rurais (mais de 164 mil famílias atendidas) mostram limitações e obstáculos a serem superadas para a ampliação e massificação do INCRA e o MDA, em âmbito federal, já vem trabalhando conjuntamente com os estados.</p> <p>O Terra Legal vai atuar em cerca de 370 municípios na Amazônia Legal até o final do programa e georreferenciará em torno de 180 mil ocupações rurais localizadas em glebas públicas federais remanescentes, excluindo os Estados do AP e RR (Terras da União repassadas aos Estados – Lei -11.949/2009).</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
d) Reconhecimento e desintração de 40 territórios quilombolas, especialmente daqueles ocupados pelas quebradeiras de coco babaçu.	A primeira etapa do trabalho de regularização dos territórios quilombolas consiste na elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) para que posteriormente seja editado decreto presidencial de desapropriação por interesse social. A partir do decreto publicado, inicia-se a fase de avaliação, indenização e desintração dos territórios. Atualmente temos 41 territórios decretados que estão em fase de avaliação, indenização e desintração. Além disso estamos também em fase de contratação de mais 157 RTIDs, dentre estes, aqueles ocupados pelas quebradeiras de coco babaçu.
29. Trazer a reforma agrária para o centro do Programa Brasil sem Miséria, considerando que a reforma agrária é essencial para reduzir as desigualdades e a exclusão no campo, principalmente para as mulheres e a juventude. Neste sentido, promover, no âmbito do Programa, o assentamento emergencial de 50 mil famílias acampadas, sem prejuízo daquelas previstas no planejamento e no orçamento do Incra, assegurando aos assentamentos todas as políticas públicas que promovam o desenvolvimento e autonomia das famílias.	<p>O Plano Brasil Sem Miséria tem uma meta de atender 50 mil famílias selecionadas, que concentram famílias em situação de pobreza e tiveram acesso; assistência técnica diferenciada; acompanhamento o Brasil Sem Miséria no campo; acesso a sementes de qualidade e compõem o PBSM, como o Bolsa Família. Além disso, com o lar transfere, durante dois anos, recursos financeiros a famílias (e preservada). O Bolsa Verde atenderá, em 2011, cerca de 11 mil Projetos Agroextrativistas; Projetos de Assentamento Florestais e P</p> <p>O Brasil participa ativamente das Conferências Internacionais sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, promovidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na promoção de políticas e práticas para assegurar o acesso à terra, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Negocia, atualmente, no âmbito da FAO, as "Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse de Terras, Florestas e Pescas"</p>
30. Ampliar e fortalecer as ações de fiscalização dos imóveis rurais, exigindo o cumprimento integral da Função Social da propriedade, cumprindo uma meta anual de vistorias em pelo menos 5 mil hectares.	O INCRA realizou em 2010 capacitação dos Peritos Federais Agrários, visando, a partir de 2011, a aplicação dos critérios do pleno cumprimento da função social.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
31. Ampliar e dar efetividade às medidas legais que regulem e limitem a aquisição de terras por estrangeiros , como providência essencial para garantir a soberania sobre o território nacional. Tal regulação deve atingir, também, o controle dos investimentos internacionais em empresas brasileiras e os contratos de parceria, comodato ou arrendamento de terras de brasileiros realizados com pessoa física ou jurídica estrangeira. Emergencialmente, publicar a Instrução Normativa do INCRA para disciplinar a análise e o fluxo de processos de solicitação e autorização para a aquisição de imóveis por estrangeiros.	Os pedidos de autorização referentes às aquisições e/ou arrendamentos analisados com base na legislação que regula a matéria. No entanto, finalizando a elaboração de uma Instrução Normativa de um Manual, a Lei determina que os Cartórios de Registro de Imóveis mantenham os imóveis rurais por pessoas estrangeiras físicas e jurídicas (Lei nº 5.071/66). A perda do cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que se refere, não afeta as áreas rurais por pessoas estrangeiras.
32. Publicar imediatamente a Portaria Interministerial que atualiza os índices de produtividade da terra.	Matéria em discussão no Congresso Nacional A proposta se encontra ultimada sob os aspectos técnicos estando em tramitação no âmbito do Governo.
33. Propor Emenda Constitucional, (somando-se às iniciativas do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo) visando limitar o tamanho máximo das propriedades rurais em 35 módulos fiscais.	Quanto à proposta de limitação das propriedades rurais em 35 módulos, temos a comunicar que esta não havia chegado ao âmbito do Núcleo de Estudos e Estatísticas Cadastrais - NEEC até esta data. Por oportuno, informamos que foram realizados diversos estudos no sentido de rever os Módulos em nível nacional, mas em momento algum focou -se questões pertinentes a limites.
34. Fortalecer a estrutura do MDA e do INCRA, assegurando todas as condições políticas, legais, administrativas e financeiras para permitir a plena realização da Reforma Agrária. Neste sentido, em caráter emergencial:	
a) Descontingenciar todo o orçamento do INCRA;	O Orçamento do Incra para 2011 (LOA-2011) abrange um montante de R\$ 530 milhões (sendo R\$ 385 milhões para TDAs e R\$ 145 milhões para benfeitorias). Informações SOF/MP - Houve solicitação informal do órgão. Não viabilizado por falta de espaço fiscal.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
b) Suplementar em R\$ 1 bilhão, o orçamento para obtenção de terras;	Existe um estoque total de imóveis, que aguardam pagamento no valor de 500 milhões de reais dos quais estão incluídos nesse passivo, imóveis novos e comandos Judiciais. Para novas áreas estima-se a necessidade de mais 200 milhões, objetivando atendimento aos Decretos que se encontram em avaliação juntamente com áreas em processo de decretação.
c) Realizar imediatamente, concurso público para contratar servidoras e servidores para o INCRA e MDA em quantidade suficiente para o atendimento das demandas de forma regular e qualificada.	<p>Informações SEGES/MP (Atendida) Para o Incra, havia sido foi autorizado concurso e provimento entre 2003 e 2005, para mais de 1.500 vagas (Portarias nº 277, de 19/12/2003, nº 148, de 11/7/2005). Em 2009 foi autorizado novo concurso e provimento para mais 500 cargos (Portaria nº 508, de 30/12/2009). Para o MDA foi autorizado concurso para 202 cargos (Portaria nº 508, de 30/12/2009).</p> <p>Com relação ao Incra, atualmente estão sendo promovidas gestões em andamento, bem como realizar novo concurso para outros 150</p>
35. Retomar as ações de capacitação de servidores e servidoras do INCRA relacionada às questões de gênero e às políticas para as mulheres, ampliando a compreensão e o reconhecimento sobre a legitimidade de acesso destas ao programa de reforma agrária.	O Incra e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais - DPMR/MDA realizaram capacitações sobre as políticas públicas de acesso a terra e de desenvolvimento econômico para as mulheres da reforma agrária nas Superintendências Regionais do Incra, dirigidas aos servidores e servidoras. Em 2010 o Incra e a DPMR/MDA realizaram um Seminário Nacional sobre o Crédito Apoio Mulher, com a participação de servidores e servidoras do Incra, movimentos sociais e educadoras territoriais.
36. Efetivar o direito de acesso das trabalhadoras assentadas às políticas e programas, como assistência técnica, educação, saúde, crédito, documentação, dentre outras essenciais à autonomia das mulheres rurais.	O Programa Nacional de Reforma Agrária já garante a participação das mulheres, permitindo o acesso aos benefícios do PNRA, tais como a titulação, crédito, documentação dentre outros.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
37. Ampliar para R\$3.000, 00 o valor da modalidade “Apoio Mulher” do Crédito Instalação, redefinindo seus critérios de modo a permitir a liberação dos recursos em até duas parcelas e para grupos de pelo menos 03 participantes de todos os projetos de assentamentos, independentemente do seu ano de criação. Implementar um amplo processo de divulgação sobre este direito e estimular o acesso das assentadas ao mesmo.	Recentemente, por meio da IN/INCRA/nº 67/2011, o valor em referência foi alterado para “até R\$ 2.400, 00”, bem como a redução de parcela para uma. Quanto à proposta de supressão do ano de corte, independente do ano de criação do assentamento, bem como a redução da composição do Grupo, o Incra se compromete a discutir a questão, objetivando contemplação na proposta de alteração da NE/INCRA/Nº79/2008, em andamento. No mais, o Incra, por meio de capacitação envolvendo servidores e assentadas, vem divulgando os procedimentos de acesso a modalidade em destaque.
38. Realizar pesquisa nacional sobre “Juventude e Sucessão Rural”, visando analisar os processos migratórios, os dilemas sucessórios e o contexto das jovens mulheres frente às desigualdades de gênero estabelecidas nas relações familiares.	Existe a possibilidade de realizar o estudo através do NEAD e da A Política para Mulheres Rurais. Os termos da pesquisa será definido CONDRAF
39. Agilizar a liberação das Licenças Ambientais para os Assentamentos e a realização de ações de educação ambiental e manejo dos recursos naturais, assegurando a suplementação orçamentária de R\$20 milhões no orçamento do INCRA em 2011.	O Incra, por meio das Superintendências Regionais - SRs firmam Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), visando assegurar a regularização do licenciamento ambiental dos PAs. Informações SOF/MP Em análise solicitação de crédito suplementar proposto pelo MDA.
40. Ampliar a capacidade técnica e operacional (estrutura física e financeira) dos institutos de terras e UTEs (Unidades Técnicas) no sentido de agilizar as demandas do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.	A SRA celebrou convênios com todos os estados, em 2009, para apoiar a operacionalização do PNCF, além de ter repassado veículos e computadores por meio de termo de comodato.
41. Assegurar assessoria técnica às mulheres integrantes do PNCF de modo a estimular sua organização produtiva e orientar o seu acesso ao crédito.	A SRA estimula a organização produtiva das mulheres rurais através do Selo Mulher do PNCF

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>42. Garantir capacitação aos técnicos e técnicas, integrantes da rede de apoio e assessoria técnica, com enfoque nas relações de gênero e nas políticas para as mulheres.</p>	<p>O Incra e a DPMR/MDA realizaram entre os anos 2009 e 2010 capacitações sobre Políticas Públicas para as Mulheres Rurais, direcionadas para servidores e servidoras do Incra que prestavam Ater, bem como para técnicos e técnicas de prestadoras de Ater nas áreas de reforma agrária.</p> <p>1) Foram celebrados convênios no período de 2009 a 2011 com o MMTR e CADES para capacitar as entidades da rede de Apoio e UTEs da Região Nordeste sobre gênero e questão agrária; e</p> <p>2) Realização de ações de capacitação das entidades que atuam na Fase 1 (mobilização, qualificação da demanda e capacitação inicial) e na fase 2 (prestação de ATER) sobre gênero, visando ampliar o acesso das mulheres ao PNCF e estimular o processo de participação na gestão das Associações e implantação das unidades produtivas.</p>
<p>43. Assegurar o acesso prioritário das mulheres “chefes de família” ao PNCF, por meio de orientações e normas específicas, além de estabelecer a cota de no mínimo 30% para as mulheres no programa, como forma de atender à demanda reprimida.</p>	<p>Embora tenha o estímulo para Mulheres como titulares no Programa, muitas mulheres assinam a escritura como cônjuge, conforme estabelece o Código Civil Brasileiro, em poucos casos aparece o homem como cônjuge.</p>
<p>44. Elaborar uma norma destinada às UTEs, determinando o acompanhamento do ato de registro das escrituras das terras obtidas pelo PNCF, para garantir que os cartórios promovam o registro do título de domínio conjunto para o homem e a mulher.</p>	<p>Os agentes financeiros encaminham a minuta da escritura para os cartórios, que lavram a escritura e chamam os/as beneficiários/as para assinar e proceder o registro.</p>
<p>2.2 - Água</p>	
<p>45. Criar e implementar programas de abastecimento de água e saneamento que:</p>	<p>Programa Água para Todos no âmbito do "Brasil sem Miséria".</p> <p>Resposta em anexo.</p>
<p>Pauta Marcha das Margaridas Página 22 18/08/2011</p>	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
a) Assegure o acesso à água potável para todas as propriedades familiares e comunidades rurais, em condições para consumo doméstico, produção e criação de animais;	Programa Água para Todos no "Brasil sem Miséria" Resposta em anexo.
b) Defenda as bacias hidrográficas como bem público destinado ao consumo humano e à produção de alimentos;	Resposta em anexo.
c) Construa um modelo de gestão pública da água, eficiente e participativo, redefinindo as taxas pelo serviço de água e a democratização do seu uso, contra a perspectiva do hidronegócio e a mercantilização da vida.	Resposta em anexo.
46. Pactuar com os Estados o tratamento diferenciado de licenciamento, outorga e cobrança de taxas e impostos pelo uso da água nas atividades agropecuárias dos estabelecimentos da agricultura família.	Em análise.
47. Rever os termos da Resolução 413/09, aprovada pelo Conama, quanto aos requisitos para licenciamento ambiental para a atividade de piscicultura e comercialização, de modo a adequá-la à realidade e condições da agricultura familiar.	A Resolução Conama 413/09 foi objeto de ampla discussão com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, então SEAP/PR) e representantes da sociedade por meio de GT específico, procurando atender em especial às necessidades dos pequenos aquicultores (licenciamento simplificado ou até dispensa de licenciamento).
48. Fortalecimento dos programas de acesso a água para produção e consumo da família, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC e "Uma Terra e Duas Águas" - P1+2, com a participação das mulheres em todo o processo de implementação, desde a capacitação para a aquisição de novas tecnologias à elaboração e avaliação das ações.	Ações inseridas na nossa contrapartida ao Programa Brasil sem Miséria
49. Garantir que o atendimento às famílias da região nordeste, nos períodos de estiagem, pelo Programa de Operação Pipa, seja realizado com prévia análise da qualidade da água e acompanhamento aos beneficiários.	Em análise.
50. Garantir apoio a projetos de reaproveitamento da água dos pequenos açudes e dos dessalinizadores para viveiro de tilápias.	Ação em negociação com DNOCS e MPA no âmbito do Programa Água para Todos
2.3 - Agroecologia	
51. Criar um programa que promova a massificação da transição agroecológica nas unidades familiares de produção, assegurando:	Resposta em anexo.
Pauta Marcha das Margaridas	Resposta em anexo.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>a) Articulação entre produtoras e produtores de alimentos agroecológicos e consumidores, com ênfase na produção de alimentos saudáveis, nas dimensões da saúde e da sustentabilidade e no fortalecimento e ampliação de mercados solidários e institucionais;</p>	<p>O PAA estimula a produção e comercialização de alimentos saudáveis, na medida em que paga até 30% a mais nas aquisições de produtos agroecológicos e orgânicos, de acordo com a legislação específica. As operações realizadas pela Conab dependem da demanda apresentada por Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar; Em 2009 foram destinados R\$ 4, 3 milhões nas aquisições de produtos agroecológicos e orgânicos e em 2010, esse montante subiu 55%, totalizando R\$ 6, 6 milhões.</p> <p>Ação com mulheres rurais que trabalham na fumicultura, por meio de eventos integrados entre MDA/SAF e Saúde do Trabalhador (MS) para debate de questões produtivas, organizativas e de saúde.</p>
<p>b) Mecanismos de incentivo e apoio à produção agroecológica, com a garantia de ATER pública e de qualidade, executada com as condições necessárias, inclusive por associações e cooperativas;</p>	<p>A agroecologia e a transição para a produção agroecológica são princípios da Política Nacional de ATER - PNATER. As Chamadas Públicas do Incra orientam-se por esses princípios, estimulando e apoiando ações diversas com essas premissas.</p> <p>Todas as chamadas públicas de Ater contemplam orientações para apoio à produção agroecológica ou transição agroecológica.</p>
<p>c) Readequação do crédito rural, tributação diferenciada, comercialização, geração de conhecimentos e tecnologias que permitam ampliar as iniciativas agroecológicas da agricultura familiar, especialmente aquelas promovidas pelas mulheres;</p>	<p>Por tratar-se da agricultura familiar, sugere-se o encaminhamento dessa proposta diretamente ao MDA</p> <p>A linha de crédito Pronaf Agroecologia foi readequada para a safra 2011/12, com a ampliação do limite de financiamento para até R\$ 130 mil e com ajustes na redação do Manual de Crédito Rural possibilitando o financiamento dos insumos próprios.</p>
<p>d) Visibilidade e valorização da produção agroecológica com destaque para essa produção nas feiras da agricultura familiar;</p>	<p>Isso já é realizado na Fenafra (40% dos empreendimentos são de produção agroecológica e orgânica) e nas outras feiras apoiadas pelo MDA como: BioFach, BioBrazil, Salão do Turismo, Exposustentat.</p>
<p>e) Articulação do Projeto Alternativo Integrado Sustentável - PAIS aos quintais produtivos implementados pelas mulheres;</p>	<p>As chamadas públicas de ATER estão baseadas nos princípios da PNATER, nos quais se integram o de fortalecimento da produção agroecológica, que inclui os quintais produtivos.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
f) Valorização de práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta, articulando as dimensões da formação e assessoria técnica, contemplando a sistematização, intercâmbio de experiências e construção de redes de referência em práticas agroecológicas.	<p>A agroecologia e a transição para a produção agroecológica são princípios da Política Nacional de ATER - PNATER. As Chamadas Públicas do Inca orientam-se por esses princípios, estimulando e apoiando ações diversas com essas premissas.</p> <p>Realização de Chamada Pública para juventude rural com temas relacionados ao tema da prática agroecológica. Foi criada a Abrabio - Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista</p>
g) Incentivos econômicos que garantam renda aos agricultores e agricultoras familiares para promover a transição do sistema de produção convencional para a produção agroecológica.	<p>Os programas de compras governamentais (PAA e PNAE) já incorporam medidas que valorizam e priorizam a compra de produtos agroecológicos.</p> <p>O Brasil busca privilegiar, no âmbito da cooperação humanitária internacional, programas de compras locais de alimentos da agricultura familiar a serem fornecidos a populações em vulnerabilidade, de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional e apoiar a inclusão do produtor no mercado local do país beneficiado pelo apoio brasileiro. As compras locais contribuem para o ciclo virtuoso da agricultura, ao garantirem renda e incentivo ao produtor rural.</p>
52. Criar e ampliar os instrumentos de divulgação e de acesso aos produtos e serviços da agricultura familiar, especialmente aqueles oriundos da produção agroecológica, da economia feminista e solidária e do turismo rural, por meio de programas de rádio comunitária, campanhas educativas e publicitárias.	A DPMR/MDA apoia a divulgação dos grupos produtivos de mulheres rurais através dos Catálogos dos Grupos Produtivos e da participação nas Feiras Estaduais da Economia Feminista e Solidária, bem como, na Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA.
53. Garantir a capacitação de todos os técnicos e técnicas da rede de ATER-ATES para que se cumpram efetivamente os princípios de mudança da matriz de produção para a transição agroecológica, com abordagem de gênero.	O Inca, por meio da Coordenação Nacional de ATES propôs uma nova ação orçamentária no PPA 2012-2015, específica para capacitação de técnicos(as) de ATER, tendo em vista que no atual PPA não existe essa Ação, estando no aguardo de aprovação pelo Ministério do Planejamento. A aprovação da ação propicia atuar na capacitação de técnicos em diferentes áreas, seja em sua metodologia de atuação de ATER ou na transição agroecológica, em ambos os casos contemplando a abordagem de gênero.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>54. Formar um grupo de trabalho envolvendo MEC - Secretaria de Educação Superior, MDA e movimentos Sociais, para promover a adequação e aperfeiçoamento dos currículos dos cursos técnicos e de nível superior, com o objetivo de formar profissionais para atuar com a agricultura familiar e agroecologia, com enfoque de gênero.</p>	<p>Visando a qualificação técnica de profissionais da ATER, em 2009 iniciou-se diálogo entre SAF e DPMR, para criação de curso de especialização em Agroecologia e Gênero voltados para qualificação de técnicos/as da ATER. Esse processo foi paralisado em função de dúvidas relacionadas à viabilização de ação de formação, através da contratação de serviços no âmbito da Lei de ATER. Está sendo discutido com Fórum de professores da Extensão Rural a elaboração de proposta de adequação de currículos dos cursos das Ciências Agrárias com orientações para a Pnater.</p> <p>O MRE poderá apoiar a conformação de cursos e seminários na área de agricultura familiar, com enfoque de gênero e transgêneros.</p>
<p>55. Fortalecer e ampliar os Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAS, da Secretaria de Biodiversidade do MMA, para incentivar a produção de sementes crioulas, garantindo infraestrutura manejo e armazenagem.</p>	<p>O MMA está realizando um balanço da experiência de implantação dos CIMAS com vistas a redefinir a estratégia de implementação.</p>
<p>56. Fortalecer os instrumentos de comercialização dos produtos agroecológicos, por meio de isenção fiscal e estímulo à participação das mulheres nestes processos, priorizando a qualificação do PAA e PNAE e a criação de novos canais de acesso ao mercado e as feiras agroecológicas.</p>	<p>De acordo com Resolução do Confaz os produtos adquiridos de agricultores e agricultoras no âmbito da Estratégia Fome Zero com destino a doações são isentos de ICMS.</p> <p>As Chamadas Públicas do Incra contemplam ações para fortalecer a comercialização de produtos dos assentamentos da Reforma Agrária.</p> <p>PAA - O PAA já admite preços de referência com um acréscimo de até 30% para os produtos orgânicos e agroecológicos. O PNAE está caminhando nesta direção ao sugerir no Resolução 38 do FNDE que as aquisições devem privilegiar os produtos orgânicos e agroecológicos. Do ponto de vista da isenção fiscal para ambos programas a novidade é o Convênio ICMS 143 de setembro de 2010 publicado pelo CONFAZ. Esta convênio permite que estados façam a adesão permitindo a comercialização de produtos para PAA e PNAE com isenção de ICMS. Inicialmente 8 estados aderiram. PNAE - Este processo de comercialização e priorização já está sendo realizado. Quanto aos tributos, estamos elaborando propostas para produtos da sociobiodiversidade para negociação de redução tributária</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
57. Criar e garantir o funcionamento de instância interministerial permanente de controle sobre o uso de	Resposta em anexo.
a) Ampliação do poder fiscalizador da ANVISA;	Resposta em anexo.
b) Restrição ao uso de tecnologias que comprometam a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a produção de alimentos saudáveis e a manutenção dos ecossistemas com maior rigor e punição ao uso de agrotóxicos;	Resposta em anexo.
c) Fiscalização efetiva da comercialização e uso de produtos já proibidos como 2.4-D, DDT e outros, cujo uso permanece, apesar da proibição e dos danos comprovados à saúde e ao meio ambiente;	Resposta em anexo.
d) Fim da pulverização aérea de agrotóxicos e a proibição imediata dos ingredientes ativos glifosato, cihexatina, endosulfan, abamectin, fosmete, parathion, metamidofós, forate, triclorfom, thiram, carbofuram, paraquate e latofem;	Por se tratar de assunto sensível e de grande interesse para a agricultura brasileira, sugerimos a inclusão do MAPA nas discussões e eventuais encaminhamentos da proposta. O assunto está em discussão nas áreas competentes do MAPA, inclusive com a participação de outras instituições e agências públicas.
e) Divulgação dos danos causados pelos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente;	Resposta em anexo.
f) Relatórios periódicos sobre as ações de restrição ao uso dos agrotóxicos divulgados junto às organizações da sociedade civil.	Será criando um grupo interministerial para avaliar a utilização de agrotóxicos.
58. Suspender a isenção de impostos sobre a circulação de agrotóxicos, como previsto na cláusula primeira do Convênio ICMS 36/92, publicado no DOU 08.04.92, e ainda em vigor, que reduz em 50% a incidência do imposto nas saídas interestaduais.	
59. Apoiar as iniciativas das organizações da sociedade civil que visam denunciar o uso de agrotóxicos e divulgar os danos ao meio ambiente, à saúde daqueles que os manejam e dos consumidores.	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>60. Rever a composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) e assegurar o cumprimento de suas atribuições, em especial quanto a:</p>	<p>O MMA mantém com o MCT, responsável pela Coordenação Geral da Comissão Técnica de Biossegurança - CNTBio, diálogo permanente no intuito de fortalecer o enfoque de biossegurança na análise e aprovação dos pedidos de liberação de OGMs. Em relação a composição, o MMA está em fase final de análise do edital para seleção de representante titular da sociedade civil na área ambiental junto à CNTBio.</p>
<p>a) Restrição à liberação de novos produtos transgênicos;</p>	<p>A liberação dos produtos transgênicos segue um rito estabelecido em lei (Lei 11.105/2005) e pelas normativas geradas no âmbito da CNTBio. Nesse sentido, a atuação do MMA na comissão tem sido, desde o início, pautado pela visão orientadora na aplicação mais ampla do princípio da precaução, a defesa da pluralidade de opiniões, o compromisso com a transparência na Comissão e o respeito as exigências para a liberação segura de OGMs. O MMA tem feito oposição as inúmeras iniciativas de flexibilização das regras para liberação de OGMs na CNTBio, a exemplo da recente tentativa de alteração do regimento da CNTBio a fim de reduzir de 90 para 30 dias o prazo formal concedido aos avaliadores de processos. Com o propósito de gerar informações e conhecimentos sobre os impactos</p>
<p>b) Ampla divulgação em linguagem adequada dos impactos à saúde das trabalhadoras e trabalhadores, dos consumidores e consumidoras e à biodiversidade em função da produção e consumo de produtos organismos geneticamente modificados (OGM), liberados para a exploração comercial;</p>	<p>Em que pese o fato da demanda não se relacionar com as atividades</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
c) Rotulagem dos alimentos que contenham estes organismos em sua composição.	
61. Criar política de apoio à produção de defensivos naturais como alternativa ao uso dos agrotóxicos, com incentivo fiscal; apoio a estudos e pesquisas; incentivo, especialmente aos grupos e redes de mulheres, com a divulgação e intercâmbio sobre produção e manejo.	Requer maior detalhamento para uma melhor avaliação dessa proposta
III - SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	
62. Criar um Programa Interministerial para a Promoção da Alimentação Saudável, de base agroecológica, com valorização da cultura alimentar, dos saberes locais e estímulo aos circuitos locais de produção e comercialização na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. Para tanto deve garantir Ater pública, ações de capacitação, divulgação, além de promover a participação efetiva das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	<p>A agroecologia, transição para a produção agroecológica, produção de alimentos saudáveis, promoção e garantia da segurança e soberania alimentar constituem princípios e objetivos da Política Nacional de ATER - PNATER. As Chamadas Públicas do Inra orientam-se por esses princípios, estimulando e apoiando ações diversas com essas premissas. As chamadas de ATER da DPMR também orientam que as ações de ATER fortaleçam a segurança alimentar das mulheres e utilizem, em suas metodologias o reconhecimento dos saberes das mulheres.</p> <p>Informações SPI/MP - No PPA, haverá Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, com diversos eixos da temática envolvidos: fomento a sistemas de produção locais, sistemas agroalimentares, inserção socioeconômica, expansão das compras de alimentos agroecológicos e oriundos da cadeia da sociobiodiversidade</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	O Governo brasileiro, por meio do MRE, procura defender em foros internacionais, notadamente no Comitê de Segurança Alimentar Mundial, a valorização da cultura alimentar nos programas de segurança alimentar e nutricional, tendo em conta os benefícios da alimentação saudável e rica em nutrientes.
63. Promover debates em todas as regiões do país com gestores públicos, pesquisadores e sociedade civil, para discutir a produção de biocombustíveis versus o comprometimento da produção de alimentos e da soberania e segurança alimentar e nutricional.	Esse debate já vem sendo realizado em diversas instâncias e eventos nas mais diversas regiões do País, especialmente pelo MAPA.
64. Criar condições que assegurem a participação das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta nos Conselhos e nos processos de construção da Conferência Nacional de implementação de Segurança Alimentar e Nutricional.	As entidades já fazem parte de todos os processos de Conselhos e Conferências.
65. Monitorar e avaliar os programas sociais de combate à fome para que cumpram seus objetivos e contribuam efetivamente para diminuir as desigualdades sociais com melhoria das condições de vida, saúde e renda.	Esta sendo implementado um programa de monitoramento de avaliação dos programas sociais.
66. Garantir no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria a inclusão produtiva com o estímulo e apoio à organização de grupos de mulheres.	As ações de ATER e ATES estão integradas e sendo direcionadas ao Plano Brasil Sem Miséria.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>67. Disponibilizar recursos e pessoal para divulgação e capacitação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, viabilizando o acesso e o controle social pelos grupos produtivos de mulheres.</p>	<p>A Conab integra o POPMR – Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e realiza sistematicamente ações de capacitação sobre políticas de apoio à comercialização (PAA e PGPM) ; Os Termos de Cooperação Técnica da Conab junto ao MDA e MDS prevêem recursos para pagamento das despesas de capacitação. Em 2010 foram gastos R\$ 249.802, 32 para capacitação sobre o PAA e PAANet para o público geral.As capacitações são realizadas por demandas que podem ser feitas pelas representações nacionais em Brasília ou diretamente às Superintendências Regionais.</p> <p>No que tange aos recursos do PAA, orçamento do MDA/SAF, que são repassados anualmente à Conab, existe ação voltada para a capacitação de agricultores familiares e demais povos e comunidades tradicionais, bem como lideranças e entidades de assistência técnica. . Os grupos interessados devem apresentar esta demanda à uma Superintendência da Conab nos estados ou por intermédio de alguma entidade representativa. O foco da capacitação deve ser a elaboração de Projetos ao PAA utilizando a plataforma PAA Net, disponibilizada pela Conab. No PNAE, atualmente são realizadas as seguintes atividades de capacitação pelo MDA e FNDE : Seminários de Região Metropolitana; Cursos Estaduais; Capacitações de CAEs; além de cursos virtuais. No âmbito da Diretoria de Políticas para as Mulheres, os temas PAA e PNAE foram integrados ao processo nacional de capacitação organizado pelo POPMR que envolveu cerca de 120 representantes de grupos produtivos. Nos projetos apoiados pelo POPMR e Ater para mulheres constam ações de capacitação sobre estas políticas, assim como elaboração de projetos. O POPMR apo</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	Participação das mulheres no controle social por meio dos conselhos de alimentação escolar.
68. Criar mecanismos para a fiscalização, com participação social, da implementação integral do PNAE de acordo com o disposto na Lei nº. 11.947/2009.	Capacitação do controle social. Ampliação do Sistema de Monitoramento do PNAE- SIMPNAE. Os Conselhos de Alimentação Escolar são os órgãos oficialmente responsáveis por fiscalizar a implementação do PNAE. No entanto, em vários estados, tem sido criadas Comissões Intersectoriais para acompanhamento específico da compra da agricultura familiar.
69. Fortalecer a participação das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta no PNAE, com a inclusão dos grupos de mulheres, formais e informais, entre os critérios de prioridade de compra da agricultura familiar no programa.	Está em construção no Comitê Gestor a definição de critérios de gênero para priorizar propostas com participação de mulheres nas compras do PNAE. Esta medida acompanha a implementação do Art. 14 da lei 11.947/09

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>70. Garantir, no âmbito do PAA, um percentual mínimo de 30% dos recursos, para destinação à participação das mulheres do campo e da floresta.</p>	<p>01- A Conab realizou estudo sobre a participação das mulheres com base no PAA executado em 2008. Em 2010 a participação nos mecanismos Doação Simultânea e Formação de Estoques, foi de 19.884 mulheres, do total de 80.898 agricultores(as), correspondendo a 24, 58%.Em relação aos recursos financeiros foram aplicados R\$ 307, 2 milhões, sendo que as mulheres trabalhadoras rurais foram beneficiadas com R\$ 75, 8 milhões, o equivalente a 24, 67%. 02- Desde 2009, dez produtos da sociobiodiversidade foram incluídos na pauta da PGPM. O Governo Federal interviu nos mercados de Babaçu, Castanha do Brasil e Piaçava, beneficiando mulheres extrativistas ligadas diretamente às atividades de coleta e processamento desses produtos. Em 2010 foram pagas subvenções no total de R\$ 872 mil, beneficiando 13.550 quebradeiras de coco Babaçu.</p> <p>A Resolução, já aprovada no Grupo Gestor do PAA, regulamenta a participação das Mulheres no Programa e define 5% do orçamento geral (MDS e MDA) para aquisição de produtos das organizações de mulheres ou organizações mistas, com participação mínima de 70% de mulheres, na composição societária. Também define percentuais de participação das mulheres como fornecedoras, sendo: 40% nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta Local com Doação Simultânea, com Doação Simultânea e 30% nas modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite.</p> <p>No âmbito da cooperação sul-sul, o Brasil procura promover as políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional, como o PAA e o PNAE. O modelo da Estratégia Fome Zero tem sido objeto de interesse de muitos países.</p>
<p>71. Regulamentar, no âmbito do PAA e do PNAE, que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados em nome da mulher.</p>	<p>No caso do PAA esta regulamentação depende da titularidade da DAP.</p> <p>A resolução do PAA para as mulheres prevê critérios de priorização das propostas das mulheres fornecedoras do Programa.</p> <p>Articulação intersetorial.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
72. Garantir o funcionamento integral do Programa de Aquisição de Alimentos evitando interrupções na sua dinâmica por atrasos na liberação de recursos.	O Termo de Cooperação Técnica entre Conab e MDA passou a ter validade de 2, 5 anos a partir de 2009, o que favoreceu a continuidade e liberação dos recursos no início do ano. A demanda da Conab é de aproximadamente R\$ 600 milhões para 2011. O fluxo de pagamentos está relacionado com a liberação do orçamento do MDA.
73. Garantir no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar condições essenciais à participação das agricultoras e agricultores familiares, principalmente quanto à definição do prazo para pagamento, logística, tributação e legalização sanitária.	Participação no processo de revisão da Resolução nº 38/2009 nos artigos referentes à aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE. Participação nos processos operacionais da aquisição dos produtos da agricultura familiar para o PNAE.
74. Adotar a desoneração fiscal para produtos alimentícios da cesta básica quando produzidos, processados e comercializados integralmente por agricultores familiares, ou quando produzidos na agricultura familiar e processado e/ou comercializado pelos empresários atuais, desde que estes garantam preço mínimo aos agricultores fornecedores.	Desoneração fiscal é matéria de competência exclusiva do Ministério da Fazenda
IV - AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA	
4.1 - Visibilidade, Reconhecimento e Organização Produtiva	
75. Criar uma Campanha Interministerial – SPM, MDA, MDS, MPA e SEPIR – com o objetivo de dar visibilidade e reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, de povos e comunidades tradicionais, contribuir para a superação da violência contra as mulheres e para a sua inclusão social e produtiva, focalizando: a) O trabalho produtivo das mulheres em sua diversidade e o trabalho doméstico e de cuidados; b) A importância do trabalho das mulheres para o desenvolvimento sustentável e solidário, para a soberania e segurança alimentar e nutricional e para a renda familiar; c) A necessária superação da divisão sexual do trabalho com o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados.	No âmbito do POPMR e da Política Setorial de ATER para mulheres apoiam-se essas demandas por meio de metas obrigatórias nas chamadas públicas. Assim, foram realizadas atividades de capacitação sobre a gênero, divisão sexual do trabalho, socialização do trabalho doméstico e políticas para mulheres no desenvolvimento rural.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>76. Ratificar a Convenção 156 da OIT que trata das responsabilidades familiares compartilhadas e ratificar a Convenção 189 da OIT que trata do trabalho decente para as trabalhadoras domésticas.</p>	<p>Convenção 156 - Encontra-se em análise na Conjur do MRE para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional. Convenção 189 - Foi criado um grupo de trabalho de técnicos do MTE para apreciar o conteúdo da nova Convenção e quais as alterações normativas necessárias para adequar a legislação nacional ao texto da Convenção.</p> <p>Resposta em anexo.</p>
<p>77. Ampliar, qualificar e instituir como política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, de modo a atender à diversidade organizativa (grupos formais, informais, redes) e produtiva (agrícola, não-agrícola e extrativista) por meio de:</p>	<p>O POPMR foi criado através da Portaria Interministerial N 02, de setembro de 2008.</p>
<p>a) Assessoria técnica desde a concepção à elaboração e implementação dos projetos produtivos com capacitação e orientação para o acesso ao crédito;</p>	<p>ATER para mulheres tem apoiado projetos voltados para o atendimento exclusivo às mulheres, totalizando até 2009 mais de R\$ 11.301.169, 90 milhões, beneficiando 45.595 Agricultoras familiares. Em 2010, com a Lei de ATER já em vigor, a ação de ATER para mulheres contratou 26 projetos no valor total de R\$ 6, 9 milhões e beneficiou 4.300 mulheres; As ações de capacitação sobre as políticas públicas envolveram 15 mil mulheres de 86 territórios da cidadania. As capacitações resultaram na ampliação do número de propostas apresentadas ao POPMR.</p>
<p>b) Investimentos necessários à gestão, agregação de valor e inserção nos circuitos de comercialização;</p>	<p>Atualmente a Conab não executa investimentos diretos nas organizações que participam dos programas por ela executados.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	<p>Através das ações de Organização Produtiva de Mulheres de 2008 a 2010, foram destinados cerca de R\$ 17, 5 milhões, beneficiando mais de 65 mil mulheres e suas organizações produtivas, redes e articulações. As chamadas públicas foram realizadas com recursos provenientes do MDA, INCRA, além de outros ministérios MDS, MPA e da SPM.</p>
<p>c) Orientação para a formalização dos grupos e articulação em redes; articulação com a economia solidária, PAA e PNAE;</p>	<p>A Conab desenvolve o projeto “Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo em bases econômica, social e ambientalmente sustentáveis ”. Foram estabelecidas parcerias, em nível local e regional, com instituições de assessoria técnica, com experiência acumulada no desenvolvimento de redes locais e regionais de produção e comercialização. A forma de execução do PAA pela Conab envolve um leque abrangente de organizações, sendo freqüente, também, a implementação de projetos “em rede” em uma mesma região. Neste caso, as organizações envolvidas passam a estabelecer diferentes tipos de conexões, compartilhando estruturas de transporte, armazenagem, gestão ou assessoria técnica, o que não exclui a existência de tensões e conflitos entre esses diferentes atores. A responsabilidade legal pela operação é assumida, no entanto, por uma única instituição.</p> <p>As chamadas públicas do Programa Organização Produtiva e de ATER para Mulheres estabelecem como metas obrigatórias a capacitação sobre as políticas públicas de apoio a comercialização.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>d) Realização de feiras municipais, estaduais e nacionais, e outros meios de comercialização.</p>	<p>O POPMR tem apoiado a comercialização dos produtos das mulheres através da realização de três Feiras territoriais, regionais e estaduais da Economia Feminista e Solidária envolvendo 296 grupos de mulheres, com investimento equivalente a R\$ 2.293.762, 00; da participação das mulheres na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, a partir da recomendação de inclusão de um mínimo de 30% de empreendimentos de propriedade e coordenados por mulheres. Nas edições da Feira Nacional da Agricultura Familiar os empreendimentos foram representados por 467 grupos.</p> <p>O Governo, por meio do MRE, buscará a inclusão de bens advindos da agricultura familiar brasileira nas feiras internacionais que o Brasil participa.</p>
<p>78. Instituir ação interministerial de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres Jovens do Campo e da Floresta, que integre a SPM, a SNJ e o MDA, e articule políticas relacionadas ao acesso à terra, crédito, formação profissional, comercialização e geração de renda, visando superar os dilemas sucessórios e romper com a invisibilidade do trabalho das mulheres jovens.</p>	
<p>79. Converter o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural em política pública permanente capaz de atingir a meta “Nenhuma Mulher Trabalhadora do Campo e da Floresta sem Documento” até o ano de 2015 e garantir:</p>	<p>O MDA, através da DPMR tem a meta de emitir 1.200.000 mil documentos, beneficiando cerca de 480 mil mulheres, através da realização de 4.000 mutirões no período de 2012 a 2015, atendendo prioritariamente as áreas de abrangência do programa Brasil Sem Miséria</p>
<p>a) Pleno funcionamento das unidades móveis em todos os estados da federação, incluindo no mínimo cinco barcos para a região amazônica;</p>	<p>Em março de 2011 foi publicado o Decreto nº7.446 de 01 de março de 2011 que estabelece limite de diárias e passagens. Com esta situação, a DPMR está impedida de descentralizar recursos para diárias e passagens aos parceiros do PNDTR (INCRA, SENASP/MJ, MTE e INSS) uma vez que ultrapassa o limite estipulado por tal instrumento. Diante da atual situação, a contratação de serviços das unidades móveis está parcialmente interrompida, visto que as contratações de serviços dependem da definição da execução de mutirões.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>b) Ações educativas e de orientação às mulheres trabalhadoras assentadas, agricultoras familiares, assalariadas, extrativistas, de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, para o acesso aos direitos sociais e previdenciários e às políticas públicas de apoio à organização produtiva;</p>	<p>A SENAES desenvolve uma ação voltado a promoção do desenvolvimento local e tem projeto nacional focado no apoio as mulheres em nove estados da federação.</p> <p>Nos mutirões do PNDTR são realizadas ações educativas com temas voltados ao uso e conservação da documentação civil básica, educação previdenciária, políticas públicas de acesso à terra e a crédito e enfrentamento à violência contra a mulher. As ações educativas são realizadas pelo INSS (educação previdenciária), pelo Centro Feminista 08 de março – CF8 e Sempre Via Organização Feminista – SOF, além das equipes das Delegacias Federais do MDA e Superintendências do INCRA. Além disso, em dezembro de 2010 foi firmado um convênio com a Secretaria Estadual de Mulheres do Maranhão para realização de ações educativas com temas voltados ao enfrentamento à violência e educação tributária. Este projeto foi oferecido às Secretarias Estaduais de Mulheres. Em 2011 firmamos parceria com o Governo do Estado do maranhão iniciamos dialogo com os Estados do MT e RO.</p>
<p>c) Mecanismos e espaços de participação e controle social em âmbito estadual e municipal.</p>	<p>A gestão do PNDTR é descentralizada, fundada na estruturação de um Comitê Gestor Nacional e Comitês Gestores Estaduais, que realizam o controle social, avaliação e monitoramento do programa. As instâncias articulam movimentos sociais Contag; MIQCB; CNS; MMC; MMTR-NE; Fetraf; Setor de Gênero do MST e MPA. Parceiros governamentais SPM; SEDH; MJ; MPS; INSS; MTE; MDS; Receita Federal; BNB; Secretarias Estaduais da Mulher; Secretarias de Segurança Pública dos Governos Estaduais. Em nível municipal, as Prefeituras, sindicatos, associações, conselhos de assistência social (CRAS e CREAS) e demais parceiros são mobilizados para contribuir na articulação e indicação de demandas de beneficiárias.</p>
<p>80. Disponibilizar no Sistema de Emissão de DAP uma ferramenta que permita a emissão de relatórios específicos de perfis social, produtivo, econômico e fundiário, a nível municipal e de aglomerados municipais, como microrregião, território e estado, especialmente sobre a mulher titular da DAP.</p>	<p>Esta em análise a proposta de alteração da forma de identificação dos titulares da DAP passando a constar no formulário a referência a Mulher e Homem, em substituição ao Titular 1 e Titular 2.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
81. Universalizar a ATER, de base agroecológica, permanente e de qualidade para a agricultura familiar, extrativista e de comunidades tradicionais de modo a:	Resposta em anexo. No âmbito da DPMRQ as chamadas do POPMR e ATER já incluem iniciativas de capacitação e elaboração de projetos para viabilizar o acesso das mulheres ao Pronaf Mulher, PAA e PNAE. Os atuais contratos de ATER estão atendendo 50 mil agricultoras familiares dentro de um universo já cadastrado de 114 mil.
a) Garantir a ATER pública, de qualidade e condições para o seu exercício pelas Redes de Ater da Sociedade Civil;	A coordenação de "Formação de Agentes de ATER" efetuou levantamento sobre as demandas das redes em formação dos seus quadros técnicos; o orçamento disponível é insuficiente para atender toda a demanda. A REDE ATER MULHERES foi criada com a participação de representantes de órgãos públicos e organizações não governamentais prestadoras de serviços de ATER com vista a qualificar a política de ATER para mulheres e ampliar os serviços para as mulheres.
b) Garantir o atendimento às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta;	Os atuais contratos de ATER estão atendendo 50 mil agricultoras familiares dentro de um universo já cadastrado de 114 mil.
c) Valorizar o potencial e os saberes locais;	Nas Chamadas Públicas já lançadas a metodologia preconizada estabelece o respeito aos saberes locais e a abordagem de gênero, geração e etnia.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
d) Articular o acesso às políticas de apoio à organização produtiva, crédito e comercialização;	As chamadas públicas em curso estabelecem atividades que permitem o acesso a políticas públicas de organização e comercialização por parte das famílias rurais, incluindo atividades dirigidas às mulheres .
e) Assegurar espaços de recreação para as crianças durante as atividades de ATER para as mulheres.	As Chamadas da ATER Setorial para Mulheres incluiu-se, nos custos dos insumos para apoiar os serviços de ATER, a demanda para garantir os serviços de recreação infantil nas atividades coletivas. Nas Chamadas Públicas do Plano Brasil Sem Miséria, todas as atividades grupais/coletivas serão ofertados espaços de recreação para as crianças, como forma de garantir a integralidade da participação das mulheres, potencializando a presença destas.
82. Promover, em caráter emergencial, a suplementação orçamentária de 300 milhões para a ATER.	<p data-bbox="1104 778 1798 874">Informações SOF/MP Houve sinalização da necessidade de recurso adicional por parte do MDA, mas ainda não formalizado.</p> <p data-bbox="1104 874 1798 986">Os atuais contratos de ATER estão atendendo 50 mil agricultoras familiares dentro de um universo já cadastrado de 114 mil.</p>
83. Priorizar nas chamadas públicas de ATER ações específicas para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	Os atuais contratos de ATER estão atendendo 50 mil agricultoras familiares dentro de um universo já cadastrado de 114 mil.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
84. Implementar ações de formação e capacitação para técnicas e técnicos da ATER voltadas para a realidade das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e com enfoque nas relações de gênero.	<p>O Inkra, por meio da Coordenação Nacional de ATES propôs uma nova ação orçamentária no PPA 2012-2015, específica para capacitação de técnicos(as) de ATER, tendo em vista que no atual PPA não existe essa Ação, estando no aguardo de aprovação pelo Ministério do Planejamento. A aprovação da ação propicia atuar na capacitação de técnicos em diferentes áreas, seja em sua metodologia de atuação de ATER ou na transição agroecológica, em ambos os casos contemplando a abordagem de gênero.</p> <p>Nas atividades de capacitação do SAF, no âmbito do Programa Saberes da Terra, tem-se incorporado o conteúdo de gênero, com um momento específico que teve a participação da DPMRQ.</p>
85. Promover a capacitação de todos os técnicos e técnicas da rede de ATER-ATES com enfoque em gênero, para que se cumpram efetivamente os princípios de mudança da matriz de produção para a transição agroecológica com valorização e igualdade para as mulheres.	<p>A Coordenação Nacional de ATES propôs uma nova ação orçamentária no PPA 2012-2015, específica para capacitação de técnicos/as de ATES (pois não havia uma ação que tratava desse tema até então), e aguarda a sua aprovação pelo Ministério do Planejamento. Aprovada esta ação, definiremos uma estratégia geral de capacitação de técnicos/as, incluindo o enfoque nas relações de gênero e afins.</p>
4.3 - Crédito Rural do Pronaf	
86. Facilitar e ampliar o acesso ao crédito para projetos de base agroecológica, principalmente para mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	<p>Usualmente, os contratos de ATES do Inkra incluem capacitações diversas sobre crédito, além de elaboração de projetos específicos e acompanhamento para o acesso e implementação do crédito.</p> <p>As linhas de crédito Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Semi-Árido e Pronaf Floresta já atendem a essa necessidade</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	Os Pronaf Mulher, Agroecologia e Eco já atendem a este quesito. Pronaf Mulher, enquadradas no A, A/C ou B, limite de R\$ 2.500,00, taxa de 0,5% a.a., e bônus de adimplência de 25%; demais mulheres, limite de R\$ 10.000,00 (soma das operações em ser), taxa de 1% a.a. e limite de R\$ 50.000,00 (soma das operações em ser), taxa de 2% a.a. Pronaf Agroecologia: beneficiários do Pronaf, exceto se enquadrados no A, A/C e B, limite de R\$ 10.000,00 (operações em ser), taxa de 1% a.a., e taxa de 2% a.a., com limite de até R\$ 130.000,00 (operações em ser). Pronaf Eco: beneficiários do Pronaf, exceto se enquadrados no A, A/C e B; limite de R\$ 2.500,00, taxa de 0,5% a.a., e bônus de adimplência de 25%; demais mulheres, limite de R\$ 10.000,00 (soma das operações em ser), taxa de 1% a.a. e limite de R\$ 50.000,00 (soma das operações em ser), taxa de 2% a.a.. Condições especiais para a cultura do dendê: Pronafianos, exceto do grupo B, limite de até R\$ 8.000,00 por hectare, limitado a R\$ 80.000,00 e taxa de 2% a.a.
87. Estabelecer normas para que os projetos de crédito rural do PRONAF sejam avaliados conforme sua capacidade de pagamento de maneira individual, permitindo assim novos créditos na família e o melhor acesso pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, independente da existência de dívidas, adimplentes e inadimplentes, desde que os requisitos de viabilidade do projeto sejam atendidos, quanto a:	Os projetos de crédito rural do PRONAF são avaliados conforme sua capacidade de pagamento. Para que os financiamentos possam ser concedidos para mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, independente da existência de dívidas anteriores de um dos membros da família, especialmente o marido, há que mudar o Código Civil, que é onde esta matéria está regulada. Os projetos de crédito rural do PRONAF são avaliados conforme sua capacidade de pagamento. Para que os financiamentos possam ser concedidos para mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, independente da existência de dívidas anteriores de um dos membros da família, especialmente o marido, há que mudar o Código Civil, que é onde esta matéria está regulada.
a) Capacidade de gerar receitas necessárias ao pagamento do financiamento, devidamente corrigido, das possíveis despesas não financiadas, mas inerentes ao projeto;	Contemplado
b) Geração de renda líquida;	Contemplado
c) Avaliação técnica quanto à sobreposição ou sobrecarga aos fatores de produção de outros projetos da família (mão de obra, área e outros insumos).	Contemplado

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
88. Consolidar o passivo de crédito rural da Agricultura Familiar, ainda não contemplado nas medidas em vigor, com repactuação do saldo devedor e alongamento nos prazos para pagamentos em até 15 anos, bônus de adimplência de 30% e ajuste das taxas de juros aos parâmetros do Plano Safra 2011/2012, permitindo a contratação de novos financiamentos diretamente pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	Os financiamentos atuais do Pronaf giram em torno de R\$ 30 bilhões, com diferentes fontes e prazos, não havendo como consolidar essas variáveis e muito menos conceder descontos que poderiam ser de mais de R\$ 10 bilhões de despesas diretas. Tema vem sendo tratado em pauta ampliada, envolvendo todos os movimentos sociais e o Governo.
89. Promover, em diálogo com os movimentos sociais, estudo e avaliação sobre a inserção da juventude no Pronaf, destacando o acesso das mulheres jovens, visando identificar impacto do programa para melhoria de vida das famílias do campo e da floresta e promoção da autonomia econômica das jovens.	Os jovens têm à disposição a linha de crédito Pronaf Jovem, que tem esse propósito, cabendo à ATER orientar, capacitar e estimular os jovens para que se utilizem desse crédito para estruturar suas atividades específicas.
90. Ampliar a oferta e instituir dentro do PRONAF Mulher apoio financeiro aos quintais produtivos (hortaliças, pequenos animais..) enquanto ambiente de produção das mulheres, com vistas ao fortalecimento de sua autonomia econômica.	O apoio é possível através do Pronaf Mulher
4.4 - Comercialização	
91. Pactuar com os estados a emissão do bloco de notas para a agricultura familiar, especialmente para as mulheres do campo e da floresta, de modo a favorecer a sua inserção nos circuitos de comercialização.	Os Estados que dispõem, nos Regulamentos do ICMS, dispositivos sobre notas fiscais para produtores/as rurais são: Amapá, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Tocantins. Os Estados que possuem legislação específica, alterando o Regulamento do ICMS, e criando dispositivos específicos sobre o bloco de notas são: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Acre e Roraima. Somente os Estados da Bahia e Rondônia disponibilizam Bloco de Notas nos mutirões do PNDTR desse modo, faz-se necessária a ampliação deste serviço.
92. Garantir em cada estado, serviços de assessoria específica para o cumprimento da aquisição da agricultura familiar previsto no PNAE	Atualmente as Chamadas Públicas de ATER permitem a atuação nessa área. Atualmente estão em execução 05 Projetos Nutre que tem como foco a articulação e capacitação de empreendimentos da AF em condições de fornecer para o PNAE em grandes municípios. Ao

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>93. Viabilizar a inclusão dos produtos da agricultura familiar nos circuitos de comercialização de modo a adequar a legislação sanitária, acelerando a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e criando normas que reconheçam a certificação participativa como garantia da qualidade higiênico-sanitária e fiscalização dos produtos da agricultura familiar.</p>	<p>Matérias de ordem sanitária estão sendo tratadas pelo Secretário Executivo e Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA.</p> <p>O SUASA em cinco anos de existência teve adesão de 9 serviços, significa muito pouco no Universo de mais de 5 mil município e 27 estados/DF.</p>
<p>94. Criar normas que reconheçam a certificação participativa com uma das formas de garantia de qualidade higiênico-sanitária e fiscalização dos produtos da agricultura familiar.</p>	<p>Matérias de ordem sanitária estão sendo tratadas pelo Secretário Executivo e Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA.</p>
<p>95. Reajustar os preços dos produtos da Agricultura Familiar praticados pela CONAB, uma vez que se constituem em parâmetros para a comercialização dos produtos da agricultura familiar em cada estado.</p>	<p>Os preços dos mecanismos operacionais são reajustados conforme proposta técnica encaminhada pela Conab ao Grupo Gestor e mediante metodologias previamente aprovadas pelo mesmo não podendo serem superiores aos preços de mercado conforme a Lei do Programa. Os casos específicos, são analisados pela Companhia</p> <p>O assunto é de competência do MDA. No entanto, o representante do MAPA junto ao grupo gestor da agricultura familiar é o Sr. Silvio Porto, Diretor de Política Agrícola e Informações da CONAB.</p> <p>Os preços, atualmente, já são ajustados sempre que há evolução do Preço Mínimo do produto. Além disso, os valores pagos pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, nunca são inferiores aos custos variáveis de produção.</p>
<p>96. Criar a Política de Garantia de Preço Mínimo para a Agricultura Familiar, com foco na garantia de renda às agricultoras e agricultores familiares.</p>	<p>Será realizado um direcionamento de recursos da PGPM para o atendimento exclusivo da agricultura familiar.</p> <p>A PGPM AF foi lançada no Plano Safra 2011-12.</p> <p>Em 2011 foi criado o Programa de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar.</p> <p>Em andamento.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	Informações SOF/MP Em 12/06/11, mediante Mensagem Presidencial nº 261 foi enviado PL de crédito Especial ao Congresso Segmentando recursos para a PGPM-AF no valor de R\$ 300, 0 milhões. Esse desenho de PGPM-AF foi replicado no PPA2012/15.
97. Regularizar e fiscalizar, com eficiência, os contratos de integração das grandes agroindústrias com os agricultores familiares	Em análise.
4.5 - Serviços e Equipamentos Públicos no meio rural	
98. Criar as condições necessárias para assegurar às filhas e filhos das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta o atendimento em período integral em creches e escolas de educação infantil, de modo a possibilitar a inserção produtiva e autonomia econômica das mulheres.	Será instalado grupo interministerial, com a participação dos movimentos sociais, para tratar do novo modelo de educação infantil e creches.
99. Garantir às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta o acesso ao Programa de Habitação Rural, conforme disposto na lei 11.424/11 art. 3º inciso IV, assegurando sua participação nos projetos de construção e/ou reforma habitacional, e em se tratando de projeto assinado pelo cônjuge, que tenha também a assinatura da mulher, e do contrário a aprovação do projeto apenas com a assinatura da mulher.	Informações SEPAC/MP: A Lei nº 12.424/11 - PMCMV já estabelece, em caráter geral, prioridade no atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, (art. 3º, inciso IV), bem como a possibilidade de que os contratos em que o beneficiário final seja mulher chefe de família, com renda familiar mensal inferior a R\$ 1.395, 00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), sejam firmados independentemente da outorga do cônjuge (art. 73-A).
100. Investir em infraestrutura necessária ao processo produtivo e de comercialização da agricultura familiar, garantindo estradas e energia elétrica, uma vez que o Programa Luz para Todos não abrangeu todas as comunidades rurais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.	No ano de 2010, a execução física da Ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, atendeu 72.879 famílias, atingindo a marca de 104, 81% ao comparáramos com as às metas físicas estipuladas na LOA (68.882 famílias), ou seja, superou em 3, 38% a meta física prevista. Além disso, o Incra conseguiu viabilizar o saneamento básico e a eletrificação para milhares de famílias assentadas, através de parcerias institucionais com a FUNASA e com o Ministério das Minas e Energia (Luz para Todos).

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	<p>Informações SEPAC/MP 1 - Programa "Equipamentos para Estrada Vicinais", com aquisição de máquinas e equipamentos, tendo como órgão executor o MDA. Informações SEPAC 2 - O Programa Luz Para Todos, desde sua criação em 2004 já realizou 2.786.211 ligações que representa levar energia para cerca de 13 milhões de pessoas. Infelizmente, apesar do esforço ainda há brasileiros sem energia, para tanto foi publicado no dia 11/07/2011 o Decreto que prorroga o Programa até 2014 e que prevê levar energia a cerca de 800.000 famílias da área rural até esse ano. A prioridade nessa etapa será atender ao Programa Brasil sem Miséria.</p> <p>No ano de 2010, a execução física da Ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, atendeu 72.879 famílias, atingindo a marca de 104, 81% ao compararmos com as metas físicas estipuladas na LOA (68.882 famílias), ou seja, superou em 3, 38% a meta física prevista. Para o ano de 2011, o INCRA está fazendo gestão para o desbloqueio dos recursos contingenciados, objetivando a ampliação no atendimento do número de famílias. Em relação a energia nos assentamentos fica a cargo do PROGRAMA LUZ PARA TODOS a universalização de energia programada até o ano de 2014.</p> <p>Programa Luz para Todos- assinado Decreto 7.520 em 08/07/2011, prorrogando o LPT até 2014</p>
101. Garantir e fiscalizar o cumprimento da gratuidade do transporte público às pessoas idosas, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/2003).	ANTT está realizando fiscalização nas empresas para o cumprimento da lei.
102. Implantar os Centros Itinerantes de Atendimento aos Idosos, integrados aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.	Em análise.
4.6 - Assalariados	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>103. Envidar esforços para a aprovação da PEC 231/01, que trata da redução da jornada de trabalho para 40 horas e do PL 6653/09 que trata da Igualdade no Trabalho.</p>	<p>A situação atual da referida demanda se encontra pronta para a pauta de plenário. O MTE está envidando esforços para aprovação da PEC 231/01, para tanto, foi elaborada Nota Técnica Nº 53/DMSC/SIT da Secretaria de Inspeção do Trabalho e PARECER/CONJUR/MTE Nº 189/07. O PL 6.653/09 está apensado ao PL 4.857/09, para isso, foi elaborada Nota Técnica Nº 233/2011/FMPC/MGB/DEFIT/SIT da Secretária de Inspeção do Trabalho - Favorável com ressalvas à Emenda Substitutiva Global apresentada ao PL 4.857-A, de 2009.</p>
<p>104. Debater e incluir no âmbito do Compromisso Nacional a garantia da destinação de pelo menos 30% das vagas de trabalho nas empresas canavieiras para as mulheres e a criação de projetos sociais com o objetivo de garantir a sustentabilidade das famílias nos períodos de entressafra.</p>	<p>Não há Projetos Sociais em andamento.</p>
<p>105. Incidir na perspectiva de garantir em Lei uma política de Estado de valorização do Salário Mínimo, como instrumento de melhoria do poder de compra da trabalhadora e do trabalhador, de distribuição de renda e de melhores condições de vida.</p>	<p>Conforme consta na Lei N. 12.382 de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e estabelece as diretrizes para a política de valorização do SM a vigorar entre 2012 e 2015, os reajustes para a preservação do salário mínimo no citado período, corresponderão, conforme artigo 2º, à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste. A título de aumento real, ainda serão aplicados os seguintes percentuais:</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	I - em 2012, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2010; II - em 2013, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2011; III - em 2014, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2012; e IV - em 2015, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2013. Na citada lei há ainda a previsão da constituição de um grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar a sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo. O grupo também identificará a cesta básica dos produtos adquiridos pelo salário mínimo e suas projeções futuras decorrentes do aumento de seu poder de compra.
4.7 - Previdência Social	
106. Assegurar uma política de Previdência Social pública, solidária e redistributiva, com a manutenção das atuais regras diferenciadas entre homens e mulheres e entre urbanos e rurais para o acesso aos direitos, em especial a idade para aposentadoria, e garantir a vinculação ao salário mínimo do valor mínimo do benefício previdenciário, como instrumento de melhor distribuição de renda e garantia da cidadania.	Não há, no momento atual, nenhuma proposta de alteração das regras diferenciadas entre homens e mulheres, bem como entre urbanos e rurais ou de desvinculação do benefício previdenciário do salário mínimo. Portanto, na realidade, há garantia de manutenção dessas regras.
107. Garantir em caráter permanente a condição de segurado especial às agricultoras e agricultoras familiares.	O Ministério da Previdência Social já realizou em 2008, por meio da Lei 11.718 uma relevante atualização conceitual do critério de segurado especial. A Lei 11.718, de 2008, é resultado de vários anos de trabalho, empenho e negociações com representantes dos trabalhadores rurais e outros segmentos envolvidos, seja no âmbito do PL 6.852, de 2006, e mesmo no do PLV nº 8 (MP 410, de 2007). Essa Lei contemplou demandas antigas do setor
108. Garantir fontes sólidas e permanentes de custeio da Seguridade Social nos termos da Constituição Federal.	O Ministério da Previdência Social defende a vinculação de receitas ao Orçamento da Seguridade Social, como estabelecido na Constituição atual.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>109. Ampliar o quadro funcional do INSS e realizar a capacitação permanente dos servidores e servidoras, principalmente para atender a demanda em face das novas agências da Previdência Social que estão sendo construídas, visando um atendimento de qualidade dos beneficiários.</p>	<p>Informações SEGES/MP 1 01/08/2011 (Demanda atendida). Foi autorizada contratação temporária (Portaria Interministerial nº 288, de 9/7/2009) para 190 engenheiros, destinada à construção das agências.</p> <p>Foi autorizado concurso e provimento de perito médico previdenciário, todos para novas agências:</p> <p>2010 - 500 cargos de perito médico previdenciário (Port.MP 225, de 12/05/2010)</p> <p>2011 - 250 cargos de perito médico previdenciário (Port.MP 65, de 2/5/2011). Informações SEGES/MP 2 - Está em tramitação no MP proposta de reestruturação de cargos em comissão e funções gratificadas do INSS. Informações SEGES MP 3 Há pedido de concurso público para mais 28.000 vagas, sendo: 24.000 vagas para o cargo de Técnico do Seguro Social e 4.000 vagas para o cargo de Analista do Seguro Social. Esses cargos são para as novas agências e reposição dos quadros do Instituto</p> <p>A Diretoria de Atendimento, por meio de suas áreas técnicas, preparou estudo que avalia a demanda das unidades de atendimento existentes e agências a serem inauguradas, construindo um levantamento de necessidade de servidores nas unidades que demonstraram incapacidade quantitativa para um atendimento de qualidade. A DRH com base no levantamento inicial da DIRAT em relação a demanda de servidores nas Agências, e agregando levantamento nas demais unidades da Administração – suporte de todo atendimento realizado nas Agências (Gerências Executivas, Superintendências Regionais e Direção Central), apresentou estudos objetivando autorização para realização de Concurso Público para contratação de 6.000 Técnicos e de 3.400 Analistas da Carreira do Seguro Social e de 1.000 Peritos Médicos da Carreira de Peritos Médicos Previdenciários. Concursos estes também com a prerrogativa de formação de “cadastro reserva” para recomposição automática da perda decorrente do grande número de aposentadorias previstas (um terço do total de servidores da Carreira do Seguro Social – 11.000 do total de 33.000</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>110. Apoiar Proposta de Emenda Constitucional – PEC n.º 30/2007, que dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, ampliando para 180 (cento e oitenta) dias o direito da gestante à licença maternidade.</p>	<p>Atualmente, a licença maternidade somente pode chegar a 180 dias no âmbito do Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que prorroga por mais 60 dias a licença de 120 dias paga pela Previdência Social. Porém, no caso dessa prorrogação (mais 60 dias) o custeio fica a cargo da empresa, que, se pessoa jurídica tributada com base no lucro real, poderá deduzir do imposto devido, o valor da remuneração paga a empregada. Desconsiderando essa exceção, a licença maternidade, para as trabalhadoras urbanas e rurais, está atualmente em 120 dias. A extensão para 180 exige que uma nova fonte de custeio seja instituída. Conforme estabelecido pela doutrina previdenciária e mandamentos constitucionais, em especial, a previsão de equilíbrio financeiro e atuarial de que trata o caput do art. 201 e o disposto no § 5º do art. 195, que determina que “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.”</p>
<p>111. Envidar os esforços necessários para o alcance da formalidade das relações de trabalho com vínculo de emprego na área rural, assegurando assim a proteção previdenciária para as assalariadas e assalariados rurais, principalmente para aqueles que trabalham em atividades de curta duração.</p>	<p>A Lei 11.718 criou o contrato rural por pequeno prazo com intuito de estimular a formalização dos vínculos de emprego na área rural. Atualmente o Ministério vem discutindo, com a CONTAG, a simplificação da GFIP nesse tipo de contrato e, como fruto desse trabalho, está previsto na folha digital (que irá substituir a GFIP), um módulo simplificado para o segurado especial que contratar por meio do referido contrato.</p> <p>Até o mês junho (inclusive), o MTE registrou sob ação fiscal o vínculo de emprego de 23.476 trabalhadores e trabalhadoras rurais que laboravam sem carteira de trabalho e previdência social assinada.</p>
V - EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA	
5.1 - Política de Educação do campo	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>112. Cumprir o compromisso de implementar, no âmbito das três instâncias de gestão, a Política Nacional de Educação do Campo, prevista pelo Decreto Presidencial 7.352/2010.</p>	<p>O MEC já desenvolve um conjunto de ações previstas na Política, tais como a CONEC, formação de professores (inicial e continuada), construção de escolas no âmbito do PAR e transporte escolar. Destaca-se, nesse sentido, a destinação de recursos específicos do PDDE - Campo e do PDDE - Água, por meio do PDDE/FNDE.</p> <p>É compromisso do Governo Federal o cumprimento dos termos contidos no Decreto, o qual, em seu art. 3º, diz que Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e desenvolvimento da educação do campo nas políticas educacionais, com o objetivo de superar as desvantagens de acesso à educação escolar pelas populações do Campo. Por isso, esta Autarquia, por meio da Coordenação do PRONERA tem trabalhado dentro das esferas estaduais e municipais construindo parcerias que possibilitem a implementação dos projetos educacionais promovidos pelo Programa nos estados brasileiros. O Pronera já está inserido nas diretrizes do governo e tem mostrado resultados relevantes tanto na gestão do governo anterior como atualmente.</p>
<p>113. Implementar políticas de educação que combatam as desigualdades de gênero, raça e etnia e todas as formas de preconceito e contribuam efetivamente para ampliar as condições de sobrevivência digna no campo para as mulheres.</p>	<p>O objetivo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI é contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação. As diretorias de Educação em Direitos Humanos e diversidade são responsáveis pela implementação de políticas que combatam as desigualdades e garantam o acesso com aprendizagem à todos</p> <p>O Pronera sempre teve em suas primícias extirpar todo tipo de pre e ampliar essa perspectiva, pois, em seu art.º 2 , inc. I, tem com sociais, culturais, ambientais, econômicos, de gênero, geracional</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
114. Garantir políticas de elevação de escolaridade em todos os níveis de ensino, implementadas no meio rural, preferencialmente para as mulheres.	O MEC/SECADI mantêm programas específicos para o campo com objetivo de elevar a escolaridade das populações do campo. Destacam-se o EJA Saberes da Terra, Programa Escola Ativa, para as classes multisseriadas e o Procampo, especificamente para formação de educadores e educadoras par a docência multidisciplinar no ensino fundamental
115. Impedir o fechamento das escolas do campo de forma arbitrária e sem participação da comunidade, reafirmando a importância e necessidade de ampliar o numero de escolas no campo.	O MEC orienta a organização dos sistemas de ensino por meio de Diretrizes e Políticas; fornece apoio técnico e financeiro para a construção de escolas e com o Fundeb diferenciado para a Educação do Campo , possibilita aos sistemas de ensino a manutenção das escolas do campo. Os estados e municípios tem autonomia administrativa, o MEC não tem a prerrogativa de impedir as decisões dos entes federados
116. Assumir compromisso na perspectiva de assegurar políticas públicas não sexistas com a ampliação do acesso à educação, cultura, lazer e às novas tecnologias da informação e comunicação para as jovens mulheres.	Formação Continuada (presencial e semipresencial) no âmbito do Programa de Gênero e Diversidade Sexual (GDS). Escopo da formação: Tem por objetivo a formação continuada presencial de profissionais da educação básica e elaboração de material didático voltados para a promoção da equidade de gênero, da diversidade de orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero e o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e violências relacionadas ao sexismo e à homofobia, no ambiente escolar. Curso de Gênero e Diversidade Sexual (GDS) - modalidade presencial: foram ofertadas 10.130 vagas de 2007 a 2010. Gênero e Diversidade na Escola (GDE) - modalidade a distância (semipresencial) : foram ofertadas 17.260 vagas de 2008 a 2011. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR) - modalidade a distância (semipresencial) : foram ofertadas 6.305 vagas no período de 2010 a 2011. Articulação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC) para inserção nos instrumentos de diagnóstico e avaliação da educação (Censo Escolar, Avaliação da Educação Superior, ENCEJA) de quest

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>117. Fortalecer o PRONERA, com a garantia de recursos financeiros e humanos, de forma a contribuir com a ampliação do acesso à educação, especialmente para as mulheres do campo e da floresta.</p>	<p>Por meio de parcerias que o PRONERA é fortalecido e atualmente vem buscando estreitar cada vez mais as parcerias com as instituições parceiras, com o objetivo, que é propiciar o máximo possível o acesso à educação. O Pronera é oferecer educação formal aos jovens e adultos beneplácito, independente de sexo, raça ou cor, por isso, o processo educacional realizado pelo Programa sem distinções. Com o aporte de recursos para os Projetos em execução na Ação de EJA é de R\$ 2.616.171,00. A demanda de recursos para os Projetos em execução na Ação de EJA é de R\$ 10.271.877,62. Os limites orçamentários para os Projetos em execução na Ação de EJA é de R\$ 10.271.877,62. Os limites orçamentários para os Projetos em execução na Ação de EJA é de R\$ 10.271.877,62. Os limites orçamentários para os Projetos em execução na Ação de EJA é de R\$ 10.271.877,62.</p>
<p>5.2 - Currículo, material didático e metodologias</p>	
<p>118. Inserir nas propostas político pedagógicas e nos currículos escolares de todo o sistema educacional, temas, metodologias e materiais que dialoguem com as identidades e realidade do campo em toda a sua diversidade, abordando, especialmente: educação ambiental, relações sociais de gênero; diversidade racial e étnica; direitos sexuais e reprodutivos (afetividade, sexualidade, homo afetividade, violência sexual e social, saúde reprodutiva e violência sexista) ; combate a todas as formas de homofobia e lesbofobia.</p>	<p>2. Programa de atendimento a escolas multisseriadas: em 2008, foram distribuídos 1.185.740 livros didáticos. Em 2009, foram distribuídos 5.024.558 livros didáticos e 92.229 kits pedagógicos. Em 2010, foram distribuídos 7.379.395 livros didáticos. Foram distribuídos, ainda, 30.743 kits pedagógicos para atender 694.237 alunos que aderiram em 2008. Encontra-se em andamento processo licitatório de produção e distribuição de 149.042 kits pedagógicos para atendimento às escolas da adesão 2009 e também da adesão de 2010. Foram publicados e distribuídos 119.000 Coleções Pedagógicas.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>119. Assegurar o desenvolvimento e utilização de metodologias que contribuam para a superação de todas as formas de preconceito, que estimulem o respeito e reconhecimento da diversidade de orientações sexuais, a realização de sexo seguro com divulgação e orientação quanto ao uso de preservativos.</p>	<p>Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: tem como objetivo estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo no Brasil e se constitui em um concurso de redações para estudantes do ensino médio, de seleção de projetos educacionais de escolas de Ensino Médio e de artigos científicos de graduandos, graduados, especialistas, mestrados, mestres e doutorandos.</p> <p>Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: tem como objetivo estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo no Brasil e se constitui em um concurso de redações para estudantes do ensino médio, de seleção de projetos educacionais de escolas de Ensino Médio e de artigos científicos de graduandos, graduados, especialistas, mestrados, mestres e doutorandos.</p>
<p>120. Assegurar a inclusão no currículo escolar do tema educação ambiental com abordagem sobre o uso e danos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente.</p>	<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais prevêem a inserção de temas transversais nos currículos das escolas públicas. O tema de educação ambiental com abordagem sobre o uso e danos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente pode ser trabalhado como tema transversal se os sistemas municipais e estaduais de ensino assim definirem.</p>
<p>5.3 - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Transporte Escolar</p>	
<p>121. Criar e/ou ampliar os programas de expansão da oferta da educação infantil, com vistas à sua universalização, conforme preceitua a resolução nº 02/2008/CEB/CNE e do Decreto Presidencial nº 7532/2010.</p>	<p>Informações SEPAC/MP Ampliação do Proinfância com meta de construir 6000 novas creches e pré-escolas para educação infantil (crianças de 0 a 5 anos). Todos os municípios são elegíveis a receber os recursos para construção</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	O MEC contempla esta ação por meio do PROINFANCIA. Conforme setor responsável, as demandas do campo em consonância com os critérios deste Programa, podem ser atendida por meio do PAR. No período de 2007 a 2010 foram financiadas a construção de 100 unidades de creches para o campo.
122. Garantir a construção de escolas nas próprias comunidades rurais, principalmente para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, evitando assim o incremento no transporte escolar para crianças pequenas.	
5.4 - Creches	
123. Garantir a implementação pelo Estado de creches públicas de qualidade, em tempo integral, levando em conta os contextos e especificidades do campo e da floresta.	Ver item 122.
124. Assegurar a pronta implementação do GT Interministerial, coordenado pelo MEC, com a participação dos movimentos sociais, que tem por objetivo a construção de critérios e referenciais para a construção de creches públicas no campo e na floresta.	O MEC criou em 2007 um GT para discutir a construção de uma política para a educação infantil do campo com participação de representantes da SECADI, SEB, MDA, representantes da sociedade civil e governos estaduais e municipais.
5.5 - Cursos Profissionalizantes, Licenciatura e Curso Superior	
125. Implementar políticas de educação que promovam a elevação da escolaridade das jovens mulheres, especialmente na perspectiva da formação profissional voltada para o desenvolvimento sustentável e de condições para a permanência das mulheres no campo.	Programas como o Pronatec e Mulheres Mil prevêem a elevação da escolaridade com qualificação profissional às mulheres do campo

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
126. Assegurar formação inicial, especialmente para as mulheres, com uma orientação curricular e metodológica voltada para a abordagem das relações sociais de gênero e para o reconhecimento e valorização das lutas históricas dos povos do campo e da floresta, especialmente do protagonismo das mulheres.	1. O PROCAMPO fomenta projetos de cursos de licenciatura específicos em Educação do Campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da Educação do Campo e o estudo de temas relevantes para as populações do campo. Promove formação para a docência de forma multidisciplinar com organização curricular por área do conhecimento, em regime de alternância entre Tempo-escola e Tempo-comunidade. Os projetos de curso devem ser elaborados com a participação de Comitês/Fóruns Estaduais der Educação do Campo, onde houver, e dos sistemas estaduais e municipais de ensino.
127. Assegurar, por meio de políticas públicas e financiamento permanente a oferta de cursos de licenciaturas para formação dos professores pelas universidades e institutos federais focalizando, também, as realidades do campo e da floresta; as relações de gênero, raça e etnia; os temas relacionados aos sexos e às sexualidades e o modo de abordá-los, com metodologias que estimulem o respeito à diversidade e a reprovem de todas as formas de preconceito.	Ver item 114 PROCAMPO e Rede UAB para as populações do campo e quilombola. O MEC promove a formação continuada de professores por meio UAB com a oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização; a formação em serviço do Programa Escola Ativa e do programa ProJovem Campo: Saberes da Terra. Estes Programas disponibilizam publicações específicas aos educadores que contribuem com a reflexão e adequação necessárias para o trabalho com as obras didáticas e paradidáticas distribuídas aos educandos pelo FDEE, por meio dos Programas: PNLD, PNBE, PNLA, PNLEM e PNBE.
128. Assegurar processos de mobilização social junto as instituições de ensino que possibilitem a ampliação da escolaridade das mulheres no ensino superior, em cursos ligados ao desenvolvimento do campo.	O MEC está desenvolvendo um programa que vai possibilitar a ampliação da escolaridade no campo.
5.6 - Violência	
129. Assegurar e ampliar os recursos orçamentários do Programa de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM e destinar, no mínimo, 40% desses recursos à implementação de serviços específicos para atender as mulheres do campo e da floresta, em situação de violência.	10% dos recursos da Sec. Nacional do Enfrentamento a Violência contra a mulher
130. Garantir no âmbito do Pacto para o Enfrentamento à Violência a criação de Fóruns Estaduais permanentes para dinamizar a implementação e monitorar a política de enfrentamento a violência contra as mulheres do campo e da floresta.	Articulação Política nos estados por meio das gestoras de políticas públicas do Pacto Nacional Pauta Marcha das Margaridas

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
131. Assegurar que o Fórum Nacional Permanente para Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a participação dos diversos ministérios, das organizações e movimentos de mulheres realize, dentre outras:	Três Reuniões/Ano
a) Monitoramento do cumprimento das Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (Portaria SPM no. 085/2010) ;	Reestruturação das Câmaras Técnicas Estaduais incluindo o Movimentos das trabalhadoras Rurais. Reuniões Fórum/Conselhos.
b) Implementação de ampla agenda de realização de ações educativas e preventivas para o enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta;	Indução de editais de projetos. Elaboração de Campanhas Preventivas.
c) Definição de compromissos com a prevenção e enfrentamento à violência pelos diversos ministérios nas ações que realizam junto às mulheres do campo e da floresta, a exemplo das ações das/os agentes de Ater e das/dos agentes de saúde.	Reunião com os Ministérios afins.
132. Criar programa voltado para as adolescentes e jovens rurais em situação de exploração sexual que articule processo de apoio psicológico, prevenção de DSTs/AIDS, capacitação profissional e geração de renda.	Elaborar proposta e articular c/ estados e municípios e incluir ações do Pacto. Articulação com SENASP.
133. Pactuar entre os entes federados (União, estados e municípios) políticas de segurança para o campo e a floresta, garantindo:	
a) Patrulhamento rural por policiais qualificados nas comunidades rurais e assentamentos;	Questão de Segurança Pública. Cabe ao MJ e SSP.
b) Sistema de acolhida de denúncias;	Articular com as SSP dos Estados.
c) Mapeamento sistemático da situação de violência no campo e na floresta, em especial nas regiões de fronteiras, dos grandes projetos e de rotas de tráfico de drogas e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e/ou trabalho escravo.	Articulação com Ministérios / Estados e Municípios.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
5.7 - Lei Maria da Penha	
134. Encaminhar junto ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal, Supremo Tribunal de Justiça a realização de um diagnóstico da Violência contra as mulheres no Brasil, no Campo, na Floresta e nas áreas urbanas, com indicativo de medidas a serem adotadas, que garantam o cumprimento, com rigor, da Lei Maria da Penha.	Dispomos dos dados da Central 180. Existe parceria com SENASP/MJ em pesquisas.
135. Criar as condições necessárias ao pleno cumprimento da Lei Maria da Penha nos Estados e municípios, assistência e atendimento às mulheres do campo e da floresta, principalmente aqueles com menos de 50 mil habitantes <u>garantindo:</u>	Já em andamento com alteração dos critérios de aprovação de liberação de recursos.
a) Punição exemplar aos agressores e proteção às vítimas;	Articulação para maior garantia e efetividade dos julgamentos dos agressores p/ justiça.
b) Capacitação permanente das/os profissionais para prestarem atendimento adequado às mulheres – delegadas/os, policiais, advogada/os, defensores públicos, assistentes sociais, profissionais de saúde e outros;	Em articulação com SENASP e Sec. de Segurança Pública dos Estados.
c) Criação de centros de referência, casas abrigo e delegacias nos municípios com menos de 50 mil habitantes, com estrutura física adequada e recursos humanos capacitados para o atendimento integral às mulheres vítimas de violência.	Edital de projeto alterado para atender a demanda de inclusão dos territórios da cidadania como prioridade.
136. Implantar, até 2013, no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, 54 unidades móveis, incluindo barcos para a região amazônica, para atendimento às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em situação de violência, e cumprir em 2011 a meta de 15 unidades móveis.	Proposta de 10 unidades móveis - 2011 - Edital. Incluídas no SICONV: 04 unidades móveis - MT, 01 barco - PA.
VI - SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS	
6.1 - Fortalecimento do SUS	
137. Garantir financiamento adequado do SUS, mediante regulamentação da Emenda Constitucional- EC 29, que ora tramita no Senado Federal.	A Emenda Constitucional Nº 29 prevê mais recursos para a área da saúde. A fim de regulamentar a emenda, há dois projetos de lei complementar no Congresso: um na Câmara e outro no Senado.

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
	Informações SOF/MP Há 3 projetos sobre regulamentação da EC 29 tramitando no Poder Legislativo: SENADO: i) PLC 89/07 (PLP 01/93 na Câmara, de autoria do Dep. Roberto Gouveia), tramitando em conjunto com o PLS 156/07 (do Senador Marconi Perilo) ; e CÂMARA ii) PLP 306/08 (PLS 121/07, do Senador Tião Viana).
138. Determinar o fim do financiamento público, sob qualquer forma ou justificativa, ao setor privado da Saúde.	
139. Fortalecer o Controle Social da política pública de Saúde, com a garantia da participação/representação dos movimentos populares, sociais e sindicais nos Conselhos e nas Conferências de Saúde, e com o compromisso formal dos gestores e governantes de cumprimento das deliberações dos Conselhos e Conferências.	<p>A SGEF repassa recursos financeiros por meio da modalidade fundo a fundo (ParticipaSUS) a Estados /Municípios para qualificação das lideranças dos movimentos sociais e conselheiros de saúde.</p> <p>Programa de Inclusão Digital (PID), está sendo implementado em todos os Estados e Municípios do país, com repasse de equipamentos: computador, impressora, para 100% dos Conselhos de Saúde e repasse do “Kit” canal saúde: TV, antena, decodificador e TV por assinatura para 2.500 Conselhos.</p> <p>Curso: comunicação e informação para conselheiros de saúde, na modalidade presencial. 320 conselheiros participaram do curso.</p> <p>Foi aberta Chamada de Seleção para o 2º semestre de 2011, com 600 vagas, para Curso de Atualização em Participação e Controle Social na Saúde, na modalidade de educação à distância, da Universidade Federal de Minas Gerais.</p> <p>Realização do I Seminário Nacional de Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, 1 e 2 de junho de 2011, com a participação dos movimentos sociais do campo e da cidade (Contag, Centrais Sindicais, LGBT, Fetraf, Movimento de Mulheres Camponesas, en</p>
6.2 - Acesso com atendimento humanizado	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>140. Aprovar, imediatamente, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta (PNSIPCF), com dotação orçamentária inicial para o ano 2011/2012 de R\$ 1 bilhão, a ser implementada em, no mínimo, 1.000 municípios rurais, em especial aqueles com população abaixo de 50 mil habitantes, garantindo o acesso integral e resolutivo das populações do campo e floresta aos serviços e ações em saúde, conforme as seguintes proposições:</p>	
<p>a) Elaboração e pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) um plano de metas de estruturação da Rede de Atenção Básica e Regionalização da Saúde, para o período 2011 – 2015, priorizando, no mínimo, 1.000 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, garantindo assistência integral à saúde da população do campo e floresta, com acesso humanizado, eliminando o tempo de espera, mediante contratação de equipes multiprofissionais, instalação de Unidades de Pronto-atendimento (UPAS), unidades de diagnóstico e laboratórios e ampliação das Farmácias do SUS nessas localidades;</p>	<p>Revisão e ampliação da Política Nacional de Atenção Básica.</p>
<p>b) Incorporação do protetor solar nas Farmácias do SUS como medida de prevenção aos efeitos decorrentes da exposição ao sol;</p>	<p>Várias medidas devem ser adotadas para a proteção à exposição solar, entre elas, as ações educativas e de saúde. Para os trabalhadores do mercado formal destacam-se a Portaria 32/2004 de 08/06/1978 que, define as atribuições do empregador quanto aos equipamentos de proteção individual e coletiva. Para os trabalhadores do mercado informal, como os agricultores e pescadores, entre outros. A partir das demandas dos movimentos sociais e da constatação dos efeitos decorrentes da exposição solar como fator de risco às lesões de pele, inclusive CA, foi instituído um grupo de trabalho para apreciação e encaminhamentos desta demanda.</p>
<p>c) Criação do Serviço Civil em Saúde, estabelecendo que profissionais de saúde graduados em Universidades Públicas e Privadas devem, depois de concluído o curso, trabalhar durante um determinado período no SUS, em especial nos municípios rurais;</p>	<p>No momento há estratégias em discussão na SGTES/MS para provimento e fixação de médicos: iniciativas educacionais relacionadas ao provimento e fixação de médicos no SUS; graduação e residência médica; carreira multiprofissional e/ou carreira médica; serviço militar; serviço civil (saúde) voluntário para médicos.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>d) Definição e implementação de uma Política de Valorização dos Trabalhadores/as da Saúde no SUS que atuam em municípios rurais prevendo o estímulo à formação de profissionais em saúde com oportunidades para jovens rurais; qualificação profissional; profissionalização da gestão; incentivo à dedicação exclusiva e a interiorização, eliminando todas as formas de precarização, mediante um plano de cargos, carreira e salários;</p>	<p>Estão sendo desenvolvidas ações de forma permanente pelo DGERTS/SGTES no intuito de colaborar com a valorização dos Trabalhadores (as) de Saúde no SUS: Estímulo à estruturação e implantação de PCCS/SUS, com políticas compensatórias aos trabalhadores em situação de isolamento, conforme Diretrizes Nacionais para implantação e/ou reestruturação de PCCS/SUS. Adoção de estímulo como, por exemplo: gratificações para situações de vínculo único; trabalho em áreas remotas; ou de difícil acesso; conforme diretrizes Nacionais para implantação e/ou reestruturação de PCCS/SUS. Estímulo à contratação de pessoal a partir de concursos público e/ou processos seletivos, com garantia dos direitos trabalhistas, conforme pactuação no Comitê Nacional interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS. Estímulo à criação de mesas de negociação permanente do SUS nos diferentes entes federativos de acordo com o Protocolo Nº 2/2003 da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS.</p>
<p>e) Definição e implementação ações de valorização dos saberes e práticas tradicionais previstas nas políticas de saúde voltadas para as populações do campo e da floresta (PNSIPCF) e nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs), garantindo a oferta de serviços de modo a contemplar as várias modalidades terapêuticas e o efetivo direito de escolha pelos usuários (homeopatia, fitoterápicos, acupuntura, farmácias vivas, etc.);</p>	<p>A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi pactuada na CIT em 2006. Esta Política atende, sobretudo, a necessidade de se conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas em Estados e Municípios, assim, é prioridade do MS, tornando disponíveis opções terapêuticas aos usuários do SUS.</p>
<p>f) Garantia do acesso das mulheres do campo e da floresta aos serviços de saúde. Na região amazônica o acesso à esses serviços deve ser garantido através de atendimento médico fluvial. Até o ano 2014 propõe-se a implantação de 20 Barcos de Saúde na região amazônica que garantam ações de prevenção como atendimento e acompanhamento médico.</p>	<p>O Departamento de Atenção Básica promove atendimento a populações ribeirinhas por meio de Equipes de Saúde da Família (ESF) fluviais em localidades nas quais não seja viável o deslocamento diário das ESF do território. Em Santarém/PA as equipes já recebem o recurso para esta modalidade</p>
<p>141. Ampliar a cobertura do Programa Brasil Sorridente, garantindo equipes e unidades móveis de saúde bucal em todos os municípios brasileiros e cobertura das áreas de difícil acesso.</p>	<p>862 Centros de Especialidades Odontológicas, 674 Laboratórios de Próteses Dentárias e 20.763 equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família presentes em 87% dos municípios brasileiros. Entrega de 51 Unidades Odontológicas Móveis em 2011, sendo priorizados os municípios pertencentes aos territórios da cidadania.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>142. Implantar pelo menos 50 Centros de Atenção Psicossocial – CAPs, em territórios rurais, financiados, implantados e custeados pelo governo federal.</p>	<p>Desde 2007 vem sendo incluídos profissionais de saúde mental em equipes dos NASF (municípios com menos de 20 mil hab.), o que garante inclusão de ações de saúde mental na AB. Os NASF garantirão a articulação entre ESF e ESM dos municípios, melhorando o acesso e cuidado de pessoas com transtornos mentais e problemas relacionados a uso de álcool e outras drogas. Municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes estão habilitados a implantar CAPS I de acordo com gestor municipal e estadual. implantados</p>
<p>6.3 - Saúde da Mulher</p>	
<p>143. Ampliação em 100% das metas estabelecidas no Plano Nacional de Saúde (2012-2015) para a promoção da atenção integral à saúde da mulher, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), com a garantia de sua efetiva implementação em todos municípios e regionais de saúde, em especial aqueles com população abaixo de 50 mil habitantes, que apresentem maior concentração de mulheres em situação de pobreza e exclusão social e menor rede de serviços estruturada, mediante:</p>	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>a) Fortalecimento e ampliação da rede de prevenção e controle do câncer de mama e colo de útero, com implantação pelo SUS de campanhas educativas voltadas para as mulheres do campo, unidades de diagnóstico citológico e mamário e centros de tratamento de lesões, instalados em territórios rurais /regionais, com entrega dos resultados de exames em até 15 dias e retorno ao médico garantido;</p>	<p>Publicada a PORTARIA GM Nº 1.472, DE 24 DE JUNHO DE 2011 que Instituiu o Comitê de Mobilização Social e o Comitê de Especialistas para o fortalecimento das ações de prevenção e qualificação do diagnóstico e tratamento dos cânceres do colo do útero e de mama e formaliza a Rede Colaborativa para qualificar o diagnóstico e tratamento das lesões precursoras do câncer do colo do útero.</p> <p>Publicada a PORTARIA GM Nº 1.473, DE 24 DE JUNHO DE 2011 que institui os Comitês Gestores, Grupos Executivos, Grupos Transversais e os Comitês de Mobilização Social e de Especialistas dos compromissos prioritários de governo organizados por meio de Redes Temáticas de Atenção à Saúde</p> <p>Foi elaborado e lançado o Programa de Fortalecimento do CA de colo de útero e mama, que foca na melhoria da prevenção, promoção e diagnóstico precoce e tratamento e reabilitação.- Evidencias científicas demonstraram que a ação do MS deveria ser na melhoria do diagnóstico que implica na coleta e análise adequada do material. Houve ampliação da faixa etária de 25 a 64 anos para coleta do papanicolau. Todas as redes de cuidado, inclus</p>
<p>b) Ampliação e melhoria da Rede de Atenção Básica, garantindo atendimento às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, com profissionais capacitados para esse tipo atendimento, conforme Protocolo do MS para este fim;</p>	<p>Acesso, atendimento e responsabilidade às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual por parte das equipes de Atenção Básica.</p>
	<p>Informações SEPAC/MP - Ampliação e melhoria da Rede de Atenção Básica por meio da construção e também ampliação de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>c) Ampliação e melhoria da Rede de Atenção, garantindo atendimento às mulheres (adultas, jovens e adolescentes), nas áreas da Saúde Sexual e Reprodutiva, incluindo ações educativas, prevenção à DST/HIV/Aids e câncer, planejamento reprodutivo, com fácil acesso e direito de escolha dos métodos contraceptivos;</p>	<p>Resposta em anexo.</p> <p>Informações SEPAC/MP - Ampliação e melhoria da Rede de Atenção Básica por meio da construção e também ampliação de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).</p>
<p>d) Realização de pesquisas com plantas medicinais e de novos métodos anticoncepcionais que não sejam nocivos à saúde da mulher;</p>	
<p>e) Definição de um sistema de registro e informação atualizado sobre a Saúde da Mulher, com recorte rural e urbano;</p>	
<p>f) Combate a toda e qualquer prática de racismo, sexismo, homofobia e lesbofobia, no âmbito do setor saúde;</p>	<p>O MS desenvolveu Campanha Nacional Contra o Racismo Institucional. Institucionalizou a Política Nacional de Promoção da Equidade, conforme Art. 11ª e 13ª do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e em processo de pactuação na CIT as Políticas Nacional de Saúde Integral das Populações do campo e da Floresta e LGBT.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>g) Investimento na formação e qualificação dos profissionais de saúde com enfoque no respeito à diversidade cultural e no combate às práticas preconceituosas e discriminatórias no exercício de suas funções, respeitando a livre expressão das mulheres em sua orientação sexual e afetiva.</p>	<p>A SGTES/MS ao delinear os marcos de orientações curriculares para os cursos de formação técnica na saúde inclui transversalmente o eixo do saber ético - profissional com enfoque à diversidade social e cultural. A Política Nacional de Educação Permanente é indutora da qualificação dos profissionais de nível superior e médio tendo em vista a Qualidade e Humanização no SUS. Programas que visam à reorientação curricular dos cursos da saúde, buscando atingir as diretrizes curriculares, tem sido implementados, como o Pró-Saúde e o Pet-Saúde, que atingem aproximadamente 300.000 estudantes dos cursos da saúde. Isso por que as diretrizes curriculares visam a formação do profissional que respeite a diversidade e combata as práticas preconceituosas e discriminatórias no exercício profissional. Para a educação permanente, dois sistemas importantes já em funcionamento terão ampliação de suas ações: O telessaúde, levando capacitação e a segunda opinião formativa para as equipes, principalmente aquelas mais solitárias e de difícil acesso e a UnA-SUS, com seus cursos de capacitação via educação à distância, possibilitando a es</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>144. Disseminação de informações sobre os direitos das gestantes no SUS, garantido o seu efetivo cumprimento pelas unidades de saúde, em especial o direito de acompanhante da gestante em situação de parto.</p>	<p>Revisão, produção e publicação da cartilha “Saúde da Mulher: Um Diálogo Aberto e Participativo”, garantindo a informação dos direitos sexuais e reprodutivos, entre eles, acompanhante da gestante com o olhar das mulheres do campo e da floresta.</p> <p>Em implantação a Caderneta da gestante, que inclui o cartão do pré-natal e informações.</p> <p>A Rede cegonha prevê uma contratualização com gestores estaduais e municipais para qualificação das práticas de atenção ao parto e nascimento: vínculo, acolhimento, boas práticas no parto, vaga sempre, acompanhante e humanização do atendimento banindo práticas discriminatórias e violentas</p>
<p>145. Implementação do Programa Rede Cegonha, com qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto, aborto e puerpério e dos profissionais da área, assegurando às mulheres do campo e da floresta o acesso com acolhimento, respeito e atendimento de qualidade, em especial nos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, que apresentem maior concentração de mulheres em situação de pobreza e exclusão social e menor rede de serviços estruturada, mediante:</p>	
<p>a) Vinculação de 100% das gestantes do campo a um serviço de parto;</p>	
<p>b) Oferta de vale-táxi para 100% das gestantes do campo atendidas no SUS;</p>	
<p>c) Implantação de novos leitos de UCI e UTI adulto em hospitais/maternidades regionais ;</p>	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
d) Implantação de maternidades, reformas e estruturação de maternidades, casas de gestantes e centros de partos;	
e) Ampliação das ofertas de teste rápido de gravidez, sífilis, Hiv Aids, hepatite;	<p>A Rede Cegonha prevê que, até 2014, toda gestante usuária do SUS tenha acesso ao teste rápido de sífilis e HIV-aids, além de acesso ao exame de hepatite.</p> <p>Além disso, toda unidade básica de saúde, até 2014, ofertará o teste rápido de gravidez, de acordo com protocolo que será estabelecido.</p>
f) Cadastramento e qualificação permanente das parteiras tradicionais e a sua remuneração pelo SUS mediante serviços prestados às comunidades;	<p>O Ministério da Saúde realiza a qualificação de parteiras tradicionais por meio do programa “Trabalhando com Parteiras Tradicionais”, iniciado em março de 2000. Até 2010, no contexto dessa iniciativa, foram capacitadas 1.755 parteiras em todo o país. Além disso, o Ministério da Saúde também já capacitou 1.301 profissionais de saúde para que reconheçam as parteiras tradicionais como parceiras na atenção à saúde da comunidade, além de valorizar, apoiar, qualificar e articular o trabalho dessas mulheres junto ao Sistema Único de Saúde (SUS). A Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS repassou às Secretarias de Saúde, Instituições de Ensino e ONG, no período de 2005 a 2010, o valor de R\$ 2.639.543.79 para a qualificação de parteiras tradicionais na atenção ao parto e nascimento.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
g) Registro, investigação e redução em 100% dos índices de mortalidade materna.	A Portaria nº 653/2003, da Secretaria de Vigilância em Saúde, instituiu a notificação compulsória do óbito materno, e a Portaria nº 1.119/2008, da mesma Secretaria, regulamentou a vigilância dos óbitos maternos. Esta última responsabiliza a vigilância epidemiológica da gestão municipal pela apresentação da causa da morte materna até 120 dias após sua ocorrência, e define o fluxo de investigação do óbito até o envio do relatório síntese para o Ministério da Saúde. A Secretaria de Vigilância em Saúde vem apoiando tecnicamente todos os Estados no fortalecimento da vigilância epidemiológica em Estados e Municípios e na organização do fluxo da investigação do óbito materno. Os Estados do Nordeste e da Amazônia Legal, inclusive, contam com o apoio de um apoiador institucional da Secretaria de Vigilância em Saúde na realização desse trabalho. De acordo com dados do DASIS/SVS, em 2006, a proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados no Brasil foi, em média, de 27%. Em 2009, esse percentual já havia subido para 43, 2%.
146. Ampliar, qualificar e divulgar os serviços prestados na Rede Básica de Saúde do SUS às mulheres que decidem pela interrupção da gravidez, nos casos previstos em Lei, nos termos da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, de 2005, elaborada pelo Ministério da Saúde.	Em execução: capacitação e implementação de equipes multidisciplinares de atenção especializada às situações de interrupção de gestação prevista em lei em todos os Estados da Federação – PROJETO SUPERANDO BARREIRAS Em execução: capacitação de profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres em situação de violência sexual em 17 Unidades Federadas – PROJETO MÍDIA E COMUNICAÇÃO Em execução: capacitação em AMIU e supervisão em serviços de atenção humanizada às situações de abortamento em 10 hospitais das Regiões Norte e Nordeste – PROJETO IPAS BRASIL
147. Garantir o direito à assistência para o aborto seguro e descriminalizado para todas as mulheres que decidem interromper a gravidez, perante os diversos impedimentos para o exercício da maternidade, considerando tratar-se de um ato refletido e de responsabilidade das mulheres.	Oficialmente existem no período 2009/2010 em funcionamento no país um total de 60 hospitais de referência para atenção especializada humanizada para as situações de interrupção de gestação prevista em Lei. Aquisição centralizada de AMIU e MISOPROSTOL na lista da RENAME

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
148. Promover Seminários com a participação das mulheres do campo e da floresta sobre participação política, com foco nas propostas de reforma política em curso.	Em análise.
149. Garantir a realização da reforma do sistema eleitoral contemplando a paridade nas candidaturas proporcionais ao legislativo, apresentadas em lista fechada com alternância de sexo; a proporcionalidade nos espaços de propaganda política e financiamento público; mecanismos punitivos para os partidos que não cumprirem o previsto na lei.	O tema esta sendo trabalhado no âmbito do poder legislativo.
150. Criar instrumentos de comunicação e divulgação sobre as políticas, ações e movimentos de mulheres voltados para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	Em análise.
151. Implementar ações voltadas para a participação qualificada, formação política e incidência das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta nos espaços de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal.	A DPMR tem apoiado a participação de mulheres e suas organizações nos espaços de gestão dos territórios rurais e da cidadania. Resultando na criação de 77 comitês territoriais de mulheres. Além disso instituiu no CONDRAF o Comitê Permanente de Políticas para Mulheres Rurais.
152. Criar no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres um Programa de Fortalecimento e Implantação de Secretarias e Conselhos de Direitos das Mulheres, nos estados e municípios prevendo: o repasse de recursos do governo federal destinados a políticas e ações para as mulheres, condicionado à implantação daqueles organismos; orientação e capacitação de secretárias e conselheiras.	

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>153. Criar em todos os Ministérios Coordenadorias de Gênero para assegurar a formulação, articulação e implementação de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das cidades e avançar no processo de superação das desigualdades de gênero, garantindo, para tanto, orçamento para custeio e investimento.</p>	<p>O Ministério do Trabalho e Emprego possui uma Assessoria Especial de Gênero que tem por finalidade articular, propor e acompanhar as ações no âmbito do MTE das políticas de Gênero e atua junto ao Gabinete do Ministro.</p> <p>O MRE propõe que se inclua o tema dos transgêneros, objeto de forte discriminação no meio rural e urbano, razão pela qual são muitas vezes forçados à prostituição.</p>
<p>154. Assegurar condições para a realização de um Seminário (Conferência Livre) com as delegadas do campo e da floresta à III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres com o objetivo de aprofundar e qualificar as questões específicas a <u>esse segmento</u>.</p>	<p>Em análise.</p>
<p>155. Constituir a Coordenação de Juventude Rural no âmbito do MDA, destinando recursos e equipe próprios, com vistas a execução de políticas articuladas e efetivas, apropriadas às realidades das juventudes rurais, especialmente no que diz respeito à superação das desigualdades de gênero, que atingem as jovens mulheres do campo e da floresta.</p>	<p>As políticas para a juventude estão sendo integradas e acompanhadas por uma assessoria vinculada ao gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário.</p>
<p>156. Fomentar a constituição de Comitês de Juventude no âmbito dos Colegiados Territoriais, promovendo a efetiva participação das jovens mulheres nestes espaços.</p>	<p>Existem 27 Câmaras e/ou Comitês de Jovens organizados nos Colegiados Territoriais e 33 Comissões provisórias de Jovens Rurais. Hoje Colegiados Territoriais tem como orientação garantir no mínimo de 30% de Jovens Mulheres nas Conferências Territoriais de Juventude e na delegação para a Conferência Estadual Orientação aos Comitês de Juventude Rural para a participação de pelo menos 30% de Jovens mulheres nos comitês;</p>
<p>157. Estimular e apoiar a inclusão das mulheres nos territórios rurais, com estratégias e ações que viabilizem e qualifiquem sua participação nos espaços de proposição e gestão dos projetos de desenvolvimento, com ênfase nos projetos produtivos e de infraestrutura.</p>	<p>Existência de 77 Comitês de mulheres nos Colegiados Territoriais que auxiliam na identificação de demandas de projetos voltados a este público; -Maior inserção de mulheres nas discussões dos PTDRS. A I CNDRS estabeleceu recomendação da paridade e obrigatoriedade de no mínimo 30% de mulheres nos colegiados territoriais. Descrita no PPA 2012-2015.</p> <p>Atualmente a ATES não tem incidido especificamente sobre esse tema.</p>

DEMANDA/PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL DA DEMANDA/PROPOSTA
<p>158. Assegurar o acesso à Internet, com serviço de banda larga, telefonia móvel e telefonia fixa, entre os serviços considerados essenciais no campo e na floresta, cabendo à União a garantia da universalização desse acesso, a continuidade e qualidade do serviço prestado, com baixas tarifas tornando-o um serviço acessível à população.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário, desenvolve por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural o Projeto Territórios Digitais, que tem como foco a ação de implantação de Casas Digitais na área rural dos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania. O projeto contribui para o desenvolvimento rural sustentável por meio da apropriação das tecnologias disponíveis. A proposta é universalizar oportunidades e transformar a realidade das diferentes regiões do país; disponibilizar o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação; integrar as tecnologias de informação e comunicação às atividades educacionais, culturais, produtivas e comerciais da comunidade; contribuir para a troca de experiências entre localidades; e disponibilizar acessos a serviços de e-gov dos governos federal estadual. O Projeto hoje dispõe de 115 Casas implantadas e prevê a instalação de aproximadamente 2050 casa beneficiadas pelo Programa Telecentros.Br.</p>

PROVIDÊNCIAS
S
de
O MMA se compromete em construir, conjuntamente com a coordenação da Marcha das Margaridas, um processo permanente de informação e capacitação de mulheres sobre o licenciamento ambiental e os mecanismos atuais de participação social no processo de planejamento e licenciamento de grandes obras de infraestrutura. Da mesma forma, se compromete em buscar, nesse diálogo, construir mecanismos específicos que permitam ampliar o protagonismo das mulheres em todas as etapas do licenciamento ambiental, incluindo o monitoramento do atendimento das condicionalidades estabelecidas para a concessão de licenças.

PROVIDÊNCIAS

PROVIDÊNCIAS

PROVIDÊNCIAS

Informações SEPAC/MP - No caso da UHE Belo Monte, por exemplo, o Consórcio Construtor já apresentou propostas à SG que deverão evitar que conflitos dessa natureza ocorram nas obras.

Elaborado com ampla participação social, o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2011 prevê ações nas seguintes linhas: fortalecimento organizacional e institucional; regularização fundiária e ambiental e ordenamento territorial; crédito, fomento e incentivos; assistência técnica e extensão rural; capacitação em manejo florestal madeireiro e não-madeireiro; pesquisa, educação, desenvolvimento e inovação; infraestrutura; produção, beneficiamento e comercialização; marcos regulatórios; e sistemas de informações florestais e comunitárias. Com foco nos biomas Amazônia e Caatinga, o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2011 busca atender 187 municípios de treze estados, envolvendo diretamente cerca de 21 mil famílias, além daquelas áreas e famílias envolvidas nas cadeias produtivas de produtos não-madeireiros.

PROVIDÊNCIAS

Convênio assinado e definição de prioridades estratégicas e operacionalização em pauta

A Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), no MRE, concluirá negociações com o BNDES e a Petrobrás.

O Governo manterá o espaço de discussão com os movimentos sociais, incorporando a Coordenação da Marcha das Margaridas como mais uma representação entre o conjunto de atores sociais envolvidos no diálogo. Ao mesmo tempo, todos os esforços junto ao Congresso Nacional serão realizados buscando assegurar o tratamento diferenciado para a agricultura familiar e a aprovação de um novo Código Ambiental que não fragilize o atual marco legal de proteção ambiental do país.

PROVIDÊNCIAS

A Coordenação do Programa Bolsa Verde é do Ministério do Meio Ambiente, mas um amplo arranjo institucional agrega os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, assegurando uma gestão compartilhada e integrada do Programa que também inclui o Instituto Chico Mendes e o Incra. Será repassado um valor de R\$ 300 a cada três meses, por família beneficiada, com a perspectiva de contemplar 25 mil famílias já em 2011, com o primeiro pagamento previsto para o mês de setembro. Também se encontra em fase final de aprovação instrução normativa do Instituto Chico Mendes que visa regulamentar a permanência de populações que residem em unidades de conservação de proteção integral, por meio de termo de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e as populações que residem ou utilizam recursos dessas unidades de conservação. O objetivo é assinar 54 termos de compromisso até 2014, apoiando as famílias com projetos produtivos para o desenvolvimento de atividades sustentáveis com geração de trabalho e renda.

Informações SPI/MP - No PPA 2012-2015, está sendo criado o Programa "Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios", com objetivos e metas relacionados ao pleito. Por exemplo, "12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas - CRADs implementados nos biomas brasileiros", "Autorização de manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares", "Manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais", "6.000 famílias beneficiadas com capacitação, assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar"

Resposta em anexo.

PROVIDÊNCIAS

No âmbito da revisão do Código Florestal, o MMA está empenhado na defesa da manutenção do atual marco legal de proteção dessas áreas. Quanto ao Gerenciamento e o Zoneamento Costeiro, o Ministério mantém Acordos de Cooperação Técnica e financeira com os estados e age no sentido de assegurar a participação da população local na elaboração desses instrumentos. Em relação a criação de novas Unidades de Conservação Federais, o MMA estabeleceu prioridade para as UCs Marinhas (ver lista anexa). Esse tema está incluído na agenda da Mesa Permanente de Diálogo com a Marcha que o MMA está instituindo em atendimento à reivindicação da Marcha.

O MMA acolhe a reivindicação e se compromete em estabelecer ato normativo proibindo a venda e a queima do coco de babaçu inteiro. Por outro lado, no âmbito do Plano Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade, será definida uma estratégia para ampliar o apoio e o fomento às atividades produtivas associadas ao uso sustentável do coco de babaçu e de seus derivados, em consonância com as demandas do Movimento das Quebradeiras de Coco e da Marcha das Margaridas.

O MMA acolhe a reivindicação e se compromete a fazer gestões junto ao Congresso Nacional visando a aprovação do referido Projeto de Lei.

PROVIDÊNCIAS

Informações SPI/MP - No PPA, haverá, em diferentes Programas, metas que englobam o Semi-Árido, dentre as quais: "Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil sem Miséria", "Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730 mil famílias da zona rural do Semi-Árido brasileiro, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água", "Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais", "Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas", "Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca"

Resposta em anexo.

PROVIDÊNCIAS
<p>Serão realizadas oficinas de formação envolvendo os diversos setores interessados na elaboração do marco regulatório, que se somarão às ações em curso de capacitação com jovens afrodescendentes com o objetivo de empoderá-los a reconhecer e reproduzir plantas medicinais e ritualísticas, buscando divulgar o conhecimento ancestral e a economia solidária. O Instituto Chico Mendes também está realizando oficinas de apoio à produção, manipulação, beneficiamento e comercialização de fitoterápicos em povos e comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação, e tem como diretriz reforçar, nos estudos integrantes dos planos de manejo das unidades de conservação, a questão dos fitoterápicos.</p>
<p>Informações SPI/MP - No Programa Aperfeiçoamento do SUS, haverá a meta de "Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015" e a iniciativa no Programa de Agricultura Familiar de "Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade".</p>
<p>Para assegurar a efetividade de parcerias o INCRA estuda a possibilidade de realização de eventos de capacitação dos parceiros na elaboração de projetos ambientais.</p>
<p>Resposta em anexo.</p>

PROVIDÊNCIAS

O Ministério do Meio Ambiente articulará com a Secretaria Geral da Presidência da República, que possui um programa de capacitação para conselheiros e conselheiras, o desenvolvimento de cursos de capacitação para atuação em colegiados ambientais, tais como comitês de bacia e conselhos de unidades de conservação. Pretende-se, com estas ações de capacitação, ampliar o espaço de participação social das mulheres e promover a equidade de gênero, além de privilegiar as mulheres extrativistas em unidades de conservação como titulares dos programas de acesso a créditos produtivos e de transferência de renda.

Articular junto ao setor varejista o uso de sacolas de fibras naturais produzidas por mulheres, para que a iniciativa de ofertar sacolas retornáveis não seja apenas ambientalmente correta, mas também socialmente inclusiva.

Formalizar mediante Portaria Interministerial o Grupo de Trabalho para a elaboração da proposta do Programa de Agroecologia, assegurando a participação dos movimentos sociais na sua elaboração.

PROVIDÊNCIAS

Está aberta chamada pública do Fundo Clima e do FNMA (com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa) para apoiar projetos com essa finalidade. Paralelamente, estão sendo realizadas oficinas para a capacitação/formação de instituições governamentais e de organizações da sociedade civil para a elaboração de projetos/propostas para os Fundos acima citados.

Acompanhar a tramitação e fazer gestão junto ao Congresso Nacional para assegurar a aprovação do PL de PSA e da MP que institui o Programa Bolsa Verde e do PL de REDD. Implementar o Bolsa Verde segundo metas e prioridades estabelecidas no programa. Ampliar junto às agriculturas e agricultores familiares a divulgação do Programa Produtor de Água.

Manter acompanhamento da tramitação do PL de Pagamento por serviços Ambientais no Congresso e construir, de forma articulada com o MDA, EMBRAPA e os movimentos sociais do campo, a perspectiva do Proambiente como elemento central do Pronaf sustentável.

O MMA acolhe a reivindicação e indica a Mesa de Diálogos Permanente com a Marcha que está sendo criada como espaço apropriado para esse debate.

PROVIDÊNCIAS

Para continuar incentivando o processo de constituição de mosaicos está previsto ainda em 2011, a realização de um Curso sobre Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas, em parceria com ICMBio. Este curso pretende formar gestores de unidades de conservação e demais parceiros para a implementação dos Mosaicos. Com relação a readequação de áreas já criadas, o MMA participará da proposta de conciliação para esses oito casos, junto com INCRA, Fundação Palmares e Funai. Em caso de não haver conciliação, a AGU arbitrará pela solução.

O MMA irá adotar medidas específicas para agilizar os processos em tramitação. Estabelecerá Plano Bianual para a criação de Unidades de Conservação Federais e normatizará o processo de criação de forma a assegurar maior participação e controle social. No âmbito da Mesa Permanente de Diálogo com a Marcha que está sendo criado em resposta à presente pauta, irá estabelecer prioridades para análise de processos de criação de Resex e RDS, onde o papel da mulher é central.

Está prevista a continuidade nas instruções dos processos de criação que incluem vistorias, estudos e consultas públicas. Ver relação e situação de cada processo no anexo que acompanha essa resposta.

PROVIDÊNCIAS

Elaborar com a Coordenação da Marcha um levantamento qualificado da demanda dos grupos e comunidades com vistas a definir ações concretas de apoio de crédito e assistência técnica conforme solicitado.

Está prevista a continuidade das negociações e tratativas políticas.

O MMA efetuará o levantamento fundiário das Resex de Mata Grande, Ciriaco e Extremo Norte e buscará meios para desapropriar os proprietários dos imóveis privados e posseiros. As áreas aproximadas para desapropriação são: Resex Mata Grande - 6.000 ha, Resex Ciriaco - 2.600 ha e Resex Extremo Norte - 5.500 ha. No caso da Enseada da Mata (MA) estão sendo finalizados os estudos fundiários e a definição dos limites. A previsão das Consultas Públicas é no primeiro semestre de 2012

PROVIDÊNCIAS

A Coordenação Nacional de ATES - Incra se dispõe a participar e colaborar neste Programa Interministerial, sobretudo na garantia de Assessoria Técnica às Resex e assentamentos agroextrativistas - PAE.

Encaminhar o planejamento do Plano Nacional à coordenação da Marcha e os contatos dos projetos para articulação

Resposta em anexo.

PROVIDÊNCIAS

O MRE, por meio da CGFOME, está em contato com a Libera. No que se refere à cooperação humanitária internacional, serão implementados projetos de compras locais no Haiti (intitulado Let Agogo) e em países africanos (Senegal, Niger, Malauí, Moçambique, Etiópia). Ações humanitárias emergenciais promovidas pelo Brasil em diversos outros países também privilegiam as compras locais da agricultura familiar.

Resposta em anexo.

Não há necessidade.

Informações SPI/MP - No Programa "Licenciamento e Qualidade Ambiental", há entre seus objetivos o de "Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis", com as seguintes metas "Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração pública por órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo", Apoiar 2000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental", "Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental".

Pauta Marcha das Margaridas

Página 86

18/08/2011

PROVIDÊNCIAS
O MDA se disponibiliza a dialogar com o Ministérios citados para elaborar um Programa de Educação Ambiental.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Para viabilizar a ampliação da capacidade de assentamento, o INCRA está adotando as seguintes medidas: i) planejamento com a participação dos movimentos sociais regionalmente e nacionalmente; ii) busca de ampliação do orçamento; iii) busca de ampliação da capacidade operacional, por meio de concurso público e qualificação da gestão.

PROVIDÊNCIAS

1) Reuniões mensais com os agentes financeiros para discutir o tempo de tramitação de propostas e fluxo da execução do PNCF; 2) Monitoramento das contratações de propostas específicas pelos supervisores do Crédito Fundiário nos estados; 3) Capacitar e nivelar as UTEs e as entidades da Rede de Apoio; 4) Aprimorar o processo de monitoramento e acompanhamento da execução do PNCF junto às UTEs; 5) Concluir análise e tramitação das propostas do PNCF Mulher nas Fases UTEs, Bancos e Cartórios em até 90 dias garantindo o acesso das mulheres ao PNCF; 6) Designar um(a) servidor(a) no âmbito da SRA/MDA para monitorar e adotar as providências para garantir o cumprimento do prazo de até 90 dias na contratação das propostas do PNCF Mulher; 7) Atender 100% das demandas do acesso das mulheres no âmbito do PNCF; e 8) Ampliar e efetivar a parceria junto aos Movimentos Sindicais.

ita a regularização fundiária por meio de convênios ou termos de dos órgãos estaduais de Terra. Atualmente temos, em vigência, Jorte, Paraíba, Sergipe, Piauí, Paraná, Pernambuco e Bahia, e que possuem em sua jurisdição, passivos relacionados ao tema. conjunto de ações ofertadas no programa Brasil Sem Miséria,

os, além de ter gerado benefício a um conjunto significativo de s até 2010), serviram também para gerar um acúmulo sobre as ificação das ações que vem sendo desenvolvidas.

amente na construção das diretrizes estratégicas para a ampliação

Levantamento da localização das 100 mil posses demandadas a regularização pela Marcha das Margaridas. Localização por município das áreas na Amazônia Legal de cultivo e extração de babaçu

PROVIDÊNCIAS

famílias de assentados da Reforma Agrária. Os assentamentos extrema, terão aceleradas as políticas do Incri a que ainda não individualizado no sistema de acompanhamento específico para produzidas pela Embrapa; e prioridade nas demais políticas que rçamento do Brasil Sem Miséria foi criado o Bolsa Verde, que em pobreza extrema que tenham ativos ambientais (floresta nil famílias de assentamentos ambientalmente diferenciados - rojetos de Desenvolvimento Sustentável.

Buscar a aplicação doméstica dos acordos internacionais.

Considerando a atual capacidade operacional e que a média de áreas vistoriadas dos últimos 3 anos foi de 2.500.000 ha, seriam necessários aporte de recursos humanos e orçamentários proporcionais.

PROVIDÊNCIAS

damento de terras por estrangeiros dirigidos ao INCRA, são
to, de forma complementar a legislação vigente. O INCRA esta
al de Orientação para as Superintendências Regionais - SRs.
ram cadastro especial, mediante livro auxiliar, da aquisição de
709/71). Trimestralmente, os CRIs deveriam remeter, sob pena
estiverem subordinados e ao INCRA, relação das aquisições de

Esse montante orçamentário não foi contingenciado e depois de
análises técnicas o Incra está finalizando as ações para
pagamento de imóveis visando saldar este montante ainda em
agosto/2011

Informações SOF/MP Aguardando reavaliação da situação fiscal.

PROVIDÊNCIAS

O INCRA está realizando gestões no sentido de suplementar o orçamento de 2011.

Informações SEGES/MP Há demanda do MDA para convocação adicional do concurso público em vigência para mais 63 cargos.

para assegurar o provimento das 550 vagas do concurso público. O novos servidores.

No 2º semestre de 2011 e em 2012 Serão retomadas as capacitações sobre Políticas Públicas para as Mulheres da Reforma Agrária direcionadas aos servidores e servidoras do Incra, sob coordenação da Diretoria de Desenvolvimento do Incra e DPMR/MDA.

Ampliar o acesso das mulheres assentadas da reforma agrária às políticas através das ações de capacitação de servidores e servidoras do Incra, equipes técnicas de Ater e das trabalhadoras rurais. Além disso, as medidas de qualificação do acesso às políticas públicas de cidadania e de inclusão econômica contribuirão para efetivar os direitos das trabalhadoras assentadas da reforma agrária.

PROVIDÊNCIAS

Publicação de Instrução Normativa com alteração do valor do Crédito Apoio Mulher para R\$ 3.000, 00, universalização do acesso para todos os projetos de assentamentos, independente do ano de criação, bem como obrigatoriedade de no mínimo 3 (três) mulheres organizadas coletivamente.

Assessoria de Juventude do MDA em parceria com a Diretoria de Juventude do MDA em conjunto na próxima reunião do Comitê de Juventude do MDA.

Resposta em anexo.

Informações SOF/MP Em análise.

1) Orientar às UTEs a indicação de um(a) técnico(a) para acompanhar os selos; e
2) Dar continuidade, de forma mais efetiva, às ações de capacitação junto as UTEs em gênero e questão agrária, no sentido de formar o corpo técnico no âmbito das UTEs referente as demandas do PNCF.

1) Mapeamento das demandas das mulheres e dos grupos produtivos, que estão sendo atendidas nas chamadas de Ater celebradas em 2010 e, 2) Identificação dos grupos produtivos que estão acessando selo PNCF MULHER.
3) Garantir ATER para as mulheres beneficiárias nas novas chamadas de 2011 do PNCF.

PROVIDÊNCIAS

A partir do 2º semestre de 2011 e em 2012 serão retomadas as capacitações sobre Políticas Públicas para as mulheres na reforma agrária, dirigidas a técnicos e técnicas de Ater.

- 1) Dar continuidade e ampliar as ações de capacitação para as entidades da Rede de Apoio e UTEs da região Nordeste, previstas no convênio com o MMTR-NE, nas questões de gênero de modo a ampliar a participação e acesso das mulheres ao PNCF;
- 2) Realizar um Seminário Nacional com objetivo de avaliar e qualificar o acesso das mulheres ao Selo PNCF-Mulher, envolvendo os movimentos sociais organizadores e parceiros da Marcha das Margaridas, UTEs, SRA, DPMR e beneficiárias;
- 3) Realizar novas Chamadas Pública de Projetos para atender as demandas de capacitação sobre as relações de gênero nas regiões não atendidas pelo convênio com o MMTR-NE (Regiões S / SE / CO e Rondônia e Tocantins)

- 1) Lançar portaria que estabelece a titulação/escrituração conjunta para o casal, visando garantir a igualdade de direitos de posse e uso da terra a partir dos documentos oficiais do Crédito Fundiário;
- 2) Rever a minuta de escritura/contrato de forma a garantir a escrituração conjunta entre o casal; e 3) Estabelecer nos normativos a obrigatoriedade da titulação/escrituração conjunta entre o casal.

- 1) Monitorar a aplicação da Portaria que estabelece minuta de titulação/escrituração conjunta entre o casal; e
- 2) Divulgar e orientar aos agentes financeiros, UTEs, entidade da Rede de Apoio e cartório a minuta da escritura/ contrato de financiamento constante da Portaria.

Resposta em anexo.

Resposta em anexo. Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Solicitações de revisão da Resol. 413/09 devem ser conduzidas observados os ritos previstos no regimento daquele Conselho.
Resposta em anexo
Resposta em anexo

PROVIDÊNCIAS

Assegurar Ater e capacitação.

As ações de diversificação em áreas cultivadas com tabaco preveem atividades focadas na produção de alimentos saudáveis, ações de orientação sobre saúde e cuidados na produção diversificada. Também, está previsto a ampliação do acesso das famílias agricultoras a conhecimento e tecnologias apropriadas para a produção sustentável;

O Inkra, orientará as Superintendências Regionais - SRs quando da elaboração das Chamadas Públicas, buscando o atendimento dessa demanda.

Dar continuidade a incorporação da produção agroecológica nos chamamentos de Ater reforçando o incentivo a metodologia de transição agroecológica.

A linha de crédito Pronaf Agroecologia já está sendo usada para estas finalidades.

Dar continuidade a valorização e visibilização dos produtos agroecológico na FENAFRA e em outros espaços de divulgação e comercialização que apoia.

Dar continuidade ao apoio a produção agroecológica nos projetos de ATER fortalecendo a produção dos quintais para que tenham maior viabilidade econômica.

PROVIDÊNCIAS

O Inbra orientará as Superintendências Regionais - SRs quando da elaboração das Chamadas Públicas, buscando o atendimento dessa demanda.

Está previsto no PPA do DATER Criar oportunidades para a sucessão rural na agricultura familiar, valorizando o papel da juventude rural; SUGIRO RETIRAR. Divulgar os contatos da Abrabio para que o movimento conheça melhor e interaja mais.

Através dos serviços de ATER pretende-se fortalecer a produção agroecológica e ampliar sua inserção nos programas de compras governamentais.

Iniciar-se-á a implementação de projetos de compras locais no Haiti e em países africanos. Ações humanitárias emergenciais promovidas pelo Brasil em diversos outros países também privilegiam as compras locais da agricultura familiar.

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais apoiará ações de promoção comercial dos grupos produtivos de mulheres rurais organizados em redes de produção agroecológica e organizados pela economia feminista e solidária através de chamamentos públicos de projetos.

(1) Elaborar e implementar um Programa Nacional de Capacitação de Agentes de ATER, com módulo específico sobre gênero e políticas públicas para as mulheres. (2) Garantir que as capacitações com as equipes técnicas contratadas sobre elaboração de PDA/PRA também tenham módulo específico sobre gênero e organização produtiva.

PROVIDÊNCIAS

O MDA se disponibiliza a integrar o Grupo de Trabalho com vistas a identificar e implementar mecanismos para a qualificação dos currículos dos cursos técnicos. Também identificará as condições para implementar o curso especialização em Agroecologia e Gênero e identificação de mecanismos de financiamento desta ação. Articulação com o MEC a discussão da proposta de adequação dos currículos

Diálogo com MEC, MDA e movimentos sociais.

O MMA irá retomar e ampliar o apoio aos CIMAs no âmbito do Programa de Agroecologia que está sendo elaborado em parceria com o MDA, MAPA, MDS, Embrapa, entre outros ministérios.

Expandir essa concessão para o PNAE.

O Incra, orientará as Superintendências Regionais quando da elaboração das Chamadas Públicas , objetivando o atendimento da demanda.

Os grupos devem incluir na proposta de participação enviada à Conab a observação de que trata-se de produto orgânico/agroecológico com certificação. No caso do PNAE sensibilizar prefeituras, secretarias municipais e estaduais de educação a priorizarem a aquisição de alimentos orgânicos produzidos por mulheres

Pauta Marcha das Margaridas

Página 97

18/08/2011

PROVIDÊNCIAS
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
Resposta em anexo.
O MMA acolhe a reivindicação e se compromete com a elaboração de diagnósticos que contribuam para o esclarecimento da opinião pública sobre os riscos e danos do uso indiscriminado de agrotóxicos.

PROVIDÊNCIAS

Selecionar representante da sociedade civil da área ambiental para compor a CNTBio, conforme Edital publicado no D.O.U. de 08 de agosto de 2011.

Publicar Decreto que regulamenta o Art. 57-A da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para fixar faixas limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as Unidades de Conservação - UC. A publicação deste novo Decreto prevê a revogação do Decreto nº 5.950, de 31 de outubro de 2006. Especial destaque deve ser dado a proposta de se incluir no Decreto distâncias maiores para o plantio de OGMs (5 mil metros) nas áreas circunvizinhas as Unidade de Conservação para os casos em que as UCs comportem variedades crioulas (no caso do milho) ou ancestrais diretos (para o algodão) de cultivos para os quais exista variedades geneticamente modificadas liberadas.

Incluir no PPA (Plano Plurianual 2012-2015), metas relativas à atualização e criação de marcos legais no tema de biossegurança, sendo uma a meta de aperfeiçoar a Lei de Biossegurança (nº 11.105/2005) com vistas a regulamentar o uso das novas tecnologias (biologia sintética, nanotecnologia, ge Assinar e propor ao Congresso Nacional a ratificação do Protocolo Concluir o estudo "Plano de ação e monitoramento do cultivo do Promover a rotulagem dos produtos com presença de transgênicos

PROVIDÊNCIAS

Ao ser constituído, a Coordenação Nacional de ATES - Inkra se dispõe a participar e colaborar neste Programa Interministerial, sobretudo na orientação da Assistência Técnica para os temas propostos. A DPMR irá manter as orientações em suas chamadas para fortalecer a segurança alimentar e as metodologias participativas que valorizem os saberes das mulheres.

PROVIDÊNCIAS

Está prevista ação orçamentária, a ser incluída no Plano Plurianual, que prevê o apoio à participação da sociedade civil em projetos humanitários e foros internacionais na área de segurança alimentar e nutricional.

Garantir que as Chamadas Públicas de ATES do Brasil Sem Miséria contemplem ações específicas para a organização e fortalecimento de grupos produtivos de mulheres, sobretudo de produção agroecológica. Tendo os seguintes procedimentos como obrigatórios: participação mínima de 30% de mulheres em todas as atividades coletivas; 30% dos projetos devem ser elaborados para as mulheres: PAA/PNAE, Pronaf, outras modalidades de crédito, priorizando a produção agroecológica; 30% de Crédito Apoio Mulher a ser elaborado e encaminhado; serviço de apoio para cuidado das crianças, tais como recreadoras, brinquedotecas. Além disso, permanecerá a orientação para que as equipes técnicas sejam mistas.

PROVIDÊNCIAS

Continuidade e ampliação das ações de capacitação sobre políticas de apoio à comercialização e PAANet. Articulação conjunta entre MDS-MDA-Conab para resposta às demandas da organização.

A capacitação sobre PAA e PNAE e apoio para elaboração de projetos permanecem com meta obrigatória nos projetos apoiados pelo POPMR e pela política setorial de ATER mulheres.

PROVIDÊNCIAS

Para capacitações sobre o PAA os grupos interessados devem apresentar esta demanda à uma Superintendência da Conab nos estados ou por intermédio de alguma entidade representativa. A formalização do pedido ao MDA e a Conab permite o atendimento da demanda de maneira mais eficaz. Nas capacitações sobre PNAE realizadas pelo MDA e FNDE deverão ser incluídos os conteúdos relacionados ao conceito de gênero e às políticas para mulheres rurais. Nos projetos de OPMR e Ater para Mulheres capacitação sobre PAA e PNAE e apoio para elaboração de projetos permanecem com meta obrigatória.

Fomentar a participação das mulheres no controle social por meio das formações de conselheiros da alimentação escolar.

Formação de conselheiros da alimentação escolar. Ampliar o SIMPNAE em 50% dos municípios brasileiros.

Estimular a criação de Comissões em todas as UFs e discutir com o FNDE um mecanismo para institucionalizá-las.

Dar continuidade ao processo de discussão da incorporação de critérios de gênero na nova resolução que substituirá a Resolução 38 do FNDE.

PROVIDÊNCIAS

01- Resolução já aprovada no Grupo Gestor que estabelece cotas por projetos de CPR Doação (40%) e CPR Estoque (30%) ; - Ampliar a participação das mulheres da floresta através do acesso à documentação civil, DAP, Nota Fiscal, etc. 02- São necessárias ações de divulgação.

Acompanhar a tramitação e publicação da Resolução.

O Governo está aberto a prover cooperação a países interessados.

Está proposta deverá ser levada ao Comitê Gestor do PAA.

Articulação intersetorial com vistas à viabilizar a inclusão das mulheres no sistema de compra da agricultura familiar.

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS

Liberação dos recursos orçamentários e financeiros no tempo adequado ao calendário agrícola.

Garantir a presença de representantes das agricultoras e agricultores familiares nos Grupo de Trabalho de revisão da Resolução nº 38/2009 nos artigos referentes à aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNA. Promover encontros com a participação das agricultoras e agricultores familiares nos processos operacionais da aquisição de produtos da Agricultura Familiar para o PNAE.

Ampliação do POPMR visando promover uma maior integração entre as políticas de apoio a produção e de apoio a socialização do trabalho doméstico (educação infantil e equipamentos sociais no meio rural), por meio de articulação institucional com a SESAN e a Secretaria de Assistência do MDS.

PROVIDÊNCIAS

Convenção 189 - Criação de um grupo de trabalho tripartite com o propósito de estudar a proposta de ratificação da Convenção pelo País.

O POPMR está integrado ao PPA 2012-2015, no Programa Temático da Agricultura Familiar e, está em integração com outros programas relacionados a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Territorial.

O POPMR deverá promover uma ação integrada de fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais direcionando as políticas públicas de ATER, crédito e comercialização para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Para isso o POPMR deverá direcionar suas ações para: (a) fortalecer os grupos de mulheres nas cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais; panificação; produtos extrativistas; e artesanato; (b) qualificar os processos produtivos, de beneficiamento e transformação de produtos; (c) apoiar a organização econômica dos grupos de mulheres qualificando os processo de gestão, formalização jurídica e articulação em redes; e (d) ampliar a participação dos grupos em mercados institucionais e convencionais;

01 - Encontra-se em tramitação parceria da Conab com o BNDES e INCRA, visando implantar programa de apoio financeiro direto às organizações da produção familiar rural, de modo a viabilizar atividades de beneficiamento, processamento, armazenamento, transporte, logística, comercialização e gestão, contribuindo com o fortalecimento social das organizações, o melhoramento da qualidade dos alimentos e dos serviços no âmbito do mercado governamental, especialmente do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A PROPOSTA CONTEMPLA A PRIORIZAÇÃO DE GRUPOS DE MULHERES. 02 - A Conab e MDS estão discutindo a possibilidade de inclusão dos itens de investimentos para organização no âmbito do Termo de Cooperação Técnica do PAA.

PROVIDÊNCIAS

O POPMR deverá promover uma ação integrada de fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais direcionando as políticas públicas de ATER, crédito e comercialização para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Para isso o POPMR deverá direcionar suas ações para: (a) fortalecer os grupos de mulheres nas cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais; panificação; produtos extrativistas; e artesanato; (b) qualificar os processos produtivos, de beneficiamento e transformação de produtos; (c) apoiar a organização econômica dos grupos de mulheres qualificando os processo de gestão, formalização jurídica e articulação em redes; e (d) ampliar a participação dos grupos em mercados institucionais e convencionais;

Articulação dos grupos de mulheres com as redes existentes nos Estados da BA, SE, PA, GO e MT.

Orientar as ações de apoio financeiro do POPMR para o fortalecimento de Redes de grupos produtivos de mulheres, tendo como eixos a promoção comercial, a gestão e comunicação. Pretende-se atender cerca de 1.500 organizações articuladas em redes.

PROVIDÊNCIAS

Orientar as ações de apoio financeiro do POPMR para o fortalecimento de Redes de grupos produtivos de mulheres, tendo como eixos a promoção comercial, a gestão e comunicação. Pretende-se atender cerca de 1.500 organizações articuladas em redes.

Diálogo com o MDA.

A DPMMR está em diálogo com SNJ visando identificar demandas e constituir mecanismos para atendimento as mulheres jovens rurais no âmbito do POPMR e das políticas de apoio a produção e comercialização.

Realização de 4.000 mutirões no período de 2012 a 2015.

Unidades móveis: Após a liberação orçamentária para pagamentos de diárias e passagens (situação em que justifica as licitações de serviços das unidades móveis), as equipes estaduais providenciarão as contratações de serviços. Barcos: realização de processo licitatório para locação de embarcações na região norte.

PROVIDÊNCIAS

A partir de 2011 estamos estabelecendo parcerias com os governos estaduais para inserir, além das ações já existentes, o tema da educação tributária e comercialização nos mutirões de documentação. Para tanto, serão ofertados recursos para formalização de convênios através de chamadas públicas.

Fortalecimento e consolidação dos comitês estaduais existentes, reforçando a participação dos movimentos sociais. Implantação de comitês nos estados nos quais as instâncias ainda não estão em funcionamento. Realizar um evento Nacional, em 2012, para avaliar o desempenho do programa e a efetividade dos comitês. Ampliar a participação das mulheres fortalecendo os Comitês Territoriais de Mulheres integrados aos Colegiados Territoriais. Está proposto para o PPA 2012-2015 a criação de ação orçamentária (Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural) para viabilizar a participação das mulheres nos espaços coletivos de gestão territorial.

Dar continuidade ao processo de discussão da alteração da DAP

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS
Resposta em anexo.
A DPMRQ deverá manter nas chamadas de OPMR e de Ater Setorial para Mulheres a capacitação e elaboração de projetos de crédito, PAA e Alimentação escolar. Ampliar o limite orçamentário da ação "fomento Ater"; disponibilizar servidores públicos para desempenharem a função de "fiscal de contrato de Ater.
Sistematizar o levantamento, regionalizar as demandas. Consolidar a REDE ATER MULHERES como espaço de qualificação da política e de identificação de demandas das mulheres e suas organizações para ATER.
Nas Chamadas Públicas a serem publicadas, a participação das mulheres deverá corresponder no mínimo 30% do total de beneficiários(as) nas atividades coletivas e atendimento diferenciado quando de atividades individuais à Unidade de Produção Familiar. Para tanto é necessário ampliar o limite orçamentário da ação "fomento Ater"; disponibilizar servidores públicos para desempenharem a função de "fiscal de contrato de Ater.
Nas Chamadas Públicas a serem publicadas, a metodologia de trabalho deverá prever a participação das mulheres atividades coletivas e atendimento diferenciado quando de atividades individuais à Unidade de Produção Familiar, fortalecendo as atividade produtivas com viabilidade econômica.

PROVIDÊNCIAS

As chamadas públicas de ATER terão compulsoriamente atividades dirigidas às mulheres para acesso das políticas de fomento, produção, crédito e comercialização e igual receptoras de todas as orientações para o acesso das mesmas. Essas atividades deverão fomentar e qualificar a produção de pequenos animais, hortas, frutas, panificação e extrativismo com acompanhamento técnico sistemático. Para tanto é necessário ampliar o limite orçamentário da ação "fomento Ater"; disponibilizar servidores públicos para desempenharem a função de "fiscal de contrato de Ater.

A DPMRQ deverá manter nas chamadas de Ater Setorial o pagamento dos custos com serviços de recreação infantil. Nas Chamadas Públicas a serem lançadas, todas as atividades grupais/coletivas serão ofertados espaços de recreação para as crianças. Nas chamadas esses serviços deverão constar explicitamente com precificação.

Informações SOF/MP Encaminhamento de pleito de crédito suplementar ao CN.

Ampliar o limite orçamentário da ação "fomento Ater"; disponibilizar servidores públicos para desempenharem a função de "fiscal de contrato de Ater.

Nas Chamadas Públicas a serem publicadas, a participação das mulheres deverá corresponder no mínimo 30% do total de beneficiários(as) nas atividades coletivas e atendimento diferenciado quando de atividades individuais à Unidade de Produção Familiar. Para tanto é necessário ampliar o limite orçamentário da ação "fomento Ater"; disponibilizar servidores públicos para desempenharem a função de "fiscal de contrato de Ater.

PROVIDÊNCIAS
Assim que aprovado pelo MPOG, o Inbra deverá elaborar e implementar um Programa Nacional de Capacitação de Agentes de ATES, objetivando o atendimento da demanda.
Para o PPA 2012-2015 esta proposto que nas atividades de formação e capacitação seja garantido a participação de pelo menos 30% de mulheres.
(1) Elaborar e implementar um Programa Nacional de Capacitação de Agentes de ATES, com módulo específico sobre gênero e políticas públicas para as mulheres. (2) Garantir que as capacitações com as equipes técnicas contratadas sobre elaboração de PDA/PRA também tenham módulo específico sobre gênero e organização produtiva.
Previsto no PPA um plano de formação para agentes de ATER bem como no planejamento do DATER está previsto a elaboração do Plano Nacional de Formação continuada de agentes de ATER; Capacitar a equipe técnica sobre gênero, economia feminista e as políticas para as mulheres rurais.
Garantir que, nos novos contratos de ATES, 30% dos projetos de crédito elaborados sejam para as mulheres e que haja elaboração, encaminhamento e acompanhamento de projetos para o Crédito Apoio Mulher. Em ambos, priorizando a produção agroecológica
As linhas de crédito Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Semi-Árido e Pronaf Floresta já atendem a essa necessidade

PROVIDÊNCIAS

Está em discussão a proposta de regulamentar a distribuição interna do limite da família, de forma a garantir pelo menos 30% do valor total dos recursos para as mulheres.

Não há necessidade

Não há necessidade

Não há necessidade

PROVIDÊNCIAS

Tema vem sendo tratado em pauta ampliada, envolvendo todos os movimentos sociais e o Governo.

Não há necessidade.

As chamadas de ATER deverão ter ações direcionadas para fortalecer as atividades produtivas, especialmente nos quintais, ampliando a sua capacidade de geração de renda.

Garantir o acesso da trabalhadora rural à educação tributária e documentação fiscal (Bloco de Notas Fiscais), por meio de articulação com Secretarias Estaduais da Fazenda.

O Incra, quando da elaboração das Chamadas Públicas orientará as Superintendências Regionais, visando o atendimento dessa demanda.

Novos editais para contratação de projetos Nutre serão lançados nos próximos 2 meses. Nos projetos constarão metas de atendimento a organizações/grupos de mulheres.

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS
É necessário fortalecer o processo de implantação do SUASA.
Os valores são adequados a realidade do mercado, sem necessidade de providências na atualidade.
Normatização e regulamentação do acesso ao público em geral e das mulheres.
Está em análise os produtos que agregam maior força de trabalho das mulheres e que ainda não integram o rol de produtos cobertos pelo Programa.

PROVIDÊNCIAS
Informações SOF/MP 2011 - A CONAB continuará contemplando a Agricultura Familiar na PGPM(NORMAL) até a aprovação da Lei de PGPM específica para a AF
Informações SEPAC/MP - Estão sendo elaboradas Portaria Interministerial e Portaria do MCidades que trata especificamente do PNHR, estabelecendo diretrizes gerais para operacionalização do Programa.
Resposta em anexo.

PROVIDÊNCIAS

Informações SEPAC/MP 1 -Realizada seleção para atendimento de 1.299 municípios em 2011. 2ª seleção no 2º semestre de 2011. 3ª seleção em 2013. Informações SEPAC/MP 2 - O MME, MPOG e ANEEL deverão definir as metas do Programa até o final do mês de agosto.O MME e a Eletrobrás já estão providenciando a celebração de contratos com as concessionárias de distribuição de energia.

Necessidade de Verificação das demandas pontuais

PROVIDÊNCIAS
Criar GT SPPE, SENAES e representantes da Macha para discutirmos os projetos sociais a serem implementados

PROVIDÊNCIAS

--

--

--

--

--

PROVIDÊNCIAS

Informações SEGES/MP 2 A demanda de Reestruturação encontra-se no Gabinete da Ministra para assinatura. Informações SEGES/MP 3 - Em análise no MP a solicitação de novo concursos público. O provimento deve ser gradual e escalonado até 2014, obedecendo os limites orçamentários. A primeira autorização de concurso poderá ocorrer em 2012, para 1.000 Analistas Previdenciários e 6.000 Técnicos Previdenciário

Solicitado ao MPOG autorização para autorização de concurso público para o total das necessidades identificadas, assim como pedido de autorização para prerrogativa de formação de "cadastro reserva". Estão sendo elaboradas diretrizes para realização de concurso de remoção interna, para adequar a distribuição das vagas para o concurso público, no parâmetro e quantitativo que seja autorizado pelo MPOG.

PROVIDÊNCIAS

PROVIDÊNCIAS

Criação de um GT, no âmbito da Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC, para elaboração de orientações para a implementação da Política de Educação do Campo, segundo o Decreto nº 7.352/2010. Formado por: MEC, UNDIME, CONSED, FETRAF, MST, CONTAG, UNB, UFMG, RESAB E MDA (PRONERA/SDT), bem como para a formulação de um Programa nacional de Educação do Campo para a ampliação do acesso, participação e aprendizagem das populações do campo, na educação básica.

Recentemente foi publicado o novo Manual de Operação do Pronera no Diário Oficial nº 105, de 02/06/2011, dando novas perspectivas na normativa do Programa, ajustando assim, ao art. 33º a Lei nº 11.947/2009 e Decreto nº 7.352/2010, combinados com as orientações do Acórdão nº 3.269/2010-TCU. A partir de então, o Incra, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania vem articulando junto às Universidades, Secretarias de Educação estaduais, parcerias, etc. para viabilizar e executar as ações do PRONERA no âmbito do atual governo.

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade tem a proposta de realizar seminários regionais em 168 municípios-polos, com abrangência para todos os municípios, com objetivo de garantir o pleno acesso de todos os estudantes sem qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em quaisquer características pessoais, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades, do direito à escolarização nos sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis, etapas e modalidades.

conceito no campo, e o Decreto nº 7.352/2010, veio para frisar o princípio o respeito à diversidade do campo em seus aspectos de raça e etnia.

PROVIDÊNCIAS

A reestruturação dos programas, no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo possibilitará a ampliação do acesso através de programas específicos para alfabetização de jovens e adultos, EJA com qualificação profissional sem o limite de idade do ProJovem e para o ensino fundamental com proposta de educação integral no campo

O MEC/SECAD encaminhará aos sistemas de ensino documento o sobre a implementação da Política de Educação do Campo., com orientações para o não fechamento das escolas, bem como proposta de programas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, na própria comunidade dos educandos

PROVIDÊNCIAS

o Incra, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo ções de ensino, bem como ampliá-las para alcançar de fato seu para os sujeitos do campo. De outra sorte, um dos objetivos do funcionários do PNRA, em todos os níveis de ensino e áreas do entendemos que as mulheres também são beneficiadas com o n relação aos recursos financeiros, informamos que a demanda 5.230.883, 80. Os limites orçamentários impostos reduziram este objetos em execução na Ação de Capacitação Profissional de Nível ios impostos reduziram este recursos para R\$ 9.040.427, 00. A ncessão de Bolsas, inclusive Termo de Cooperação com o CNPq é

Foi publicado em julho/2011, o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo, que tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental que mantenham classes multisseriadas ou turmas seriadas do 1º ao 5º ano em escolas do campo com livros didáticos específicos., com metodologias e temas que dialoguem com a realidade do campo. Está previsto também a oferta do Programa Nacional de Biblioteca Escolares da Diversidade, com materiais que tratarão a diversidade, com os temas sugeridos pelo movimento

PROVIDÊNCIAS

Informações SPI/MP:No Programa Educação Básica, há as seguintes metas: "Apoiar a construção de 6 mil creches e pré-escolas", "Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020" e "Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020". Informações SEPAC/MP: Em 2011 já foram selecionadas 1484 novas creches/pré-escolas que beneficiarão 1040 municípios em 26 estados. Outras duas seleções devem ocorrer até 2014 para atingir a meta

PROVIDÊNCIAS

O MEC encaminhou proposta de PNE - 2011/2020, contemplando dentre as estratégias para a efetivação da meta de garantia da oferta da educação infantil, o fomento do atendimento no campo.No Programa Nacional de Educação do Campo está prevista a construção do módulo de educação infantil nas escolas do campo que apresentarem a demanda no PAR

Esta previsto no módulo de educação infantil, uma sala, lactário e berçário para construção no campo

O grupo , com a participação da secretaria Especial das Mulheres vêm discutindo a proposta da implantação do Programa de Educação Infantil no Campo, com ações de formação, aquisição de brinquedos produzidos na comunidade e alimentação escolar

O edital do Programa MulheresMil indica prioridade para projetos voltados às mulheres do campo

PROVIDÊNCIAS

O MEC/SECADI está elaborando no Programa Nacional de educação do Campo ações para ampliar a oferta de formação inicial às mulheres do campo através dos Institutos e Universidades federais

Projetos em andamentos. Incluído no SICONV R\$

Repactuação com estados e municípios

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS
Convocação permanente
*Reunião de Gestoras do Pacto; *Acompanhamento Câmara Técnica
Projetos SICONV. Em planejamento
Fórum Nacional 30 e 31/05/2011. *Promover reuniões Interministeriais; *Reunir Câmara Técnica Federal
Articulação SEDH.
Articulação com a SENASP/MJ.
Campanha de prevenção ao tráfico de mulheres.

PROVIDÊNCIAS
É possível incluir esta questão no Programa de Extensão à Pesquisa, parceria já existente entre a SPM e MEC. Iniciar articulação nos Estados.
Campanha - Maria da Penha e Central 180. Já executado.
Em andamento.
Propostas no SICONV. Conteúdo em elaboração.
Em execução.
Em análise de projetos.
Acompanhar a regulamentação da EC 29 no Senado.

PROVIDÊNCIAS

Informações SOF/MP A posição oficial do governo ainda não foi fechada.

Depende de Lei e o MS é favorável a todos projetos de lei que tenham este objetivo, incluindo revisão de subsídios à saúde privada.

Acompanhar e monitorar o PID nos estados e municípios.
Qualificar os conselheiros de saúde para utilização da ferramenta por meio do curso de informática.
Realização do curso de comunicação e informação para conselheiros na modalidade EAD, parceria com a Fiocruz, tendo como meta 6 mil conselheiros de saúde, 2012.
Divulgar junto aos pares sobre a realização do curso de atualização em participação e controle social na saúde na modalidade de EAD.
Realizar Seminário de Gestão Participativa e Controle Social com conselhos de saúde e lideranças dos movimentos sociais, em 27 e 28 de outubro/2011.
Apoiar projetos de formação de lideranças do campo e da floresta para o controle social e fortalecimento do SUS, com CONTAG, ANMC, FETRAF, MLT e MST.

PROVIDÊNCIAS

Pactuar na CIT a referida Política.

Incluir representantes do movimento social no grupo de trabalho para discutir estratégias visando atender a demanda;
Incluir representantes do movimento social nas campanhas do câncer de pele.

PROVIDÊNCIAS

Realizada reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, com a presença do Ministro da Saúde Alexandre Padilha - Pauta: 01. Institucionalização da mesa. 02. Protocolo de Saúde do Trabalhador e outras medidas.

Implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares nos estados e municípios. Instituir espaço de diálogo com os diversos saberes e práticas tradicionais. Realizar Seminário de Educação Popular em Saúde, setembro de 2011, visando a revisão da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, entre outros.

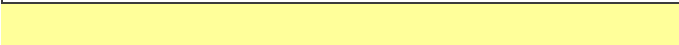
O DAB investirá no financiamento e no custeio de UBS fluviais e ESF fluviais na Região.

Ampliação de 100 Centros de Especialidades Odontológicas/ano, 330 laboratórios de próteses dentárias/ano, 1452 Equipes de Saúde Bucal/ano e entrega de 109 Unidades Odontológicas Móveis até o final de 2011.

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS

--



--

PROVIDÊNCIAS

Estruturação de 20 centros de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras; Estruturar 50 Unidades de Diagnóstico Mamário (UDM) no Brasil; Qualificação de equipes da AB para o rastreamento através do Desenvolver ações de EPS para qualificação com apoio SGETS/MS e INCA/MS; Em formação de GT para discussão da vacina de HPV: eficácia, custo/benefício

Instituído o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade que tem o objetivo de induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais para a Atenção Básica de Saúde. Este programa, a partir da contratualização de padrões de qualidade e de indicadores, além de apoio técnico e oferta de processos de educação permanente, contribuirá para a qualificação global da atenção básica e do cuidado prestado a estas mulheres. Este programa não trata especificamente do atendimento às mulheres em situação de violência, mas contribui para a qualificação da atenção básica de forma global.

Informações SEPAC/MP - Em 2011 já foram selecionadas 119 UPA que beneficiarão 96 municípios em 22 estados e 2122 UBS que beneficiarão 1163 municípios em 27 estados. Outras duas seleções devem ocorrer até 2014.

Paula Margalida das Margaridas

PROVIDÊNCIAS
Resposta em anexo.
Informações SEPAC/MP - Em 2011 já foram selecionadas 119 UPA que beneficiarão 96 municípios em 22 estados e 2122 UBS que beneficiarão 1163 municípios em 27 estados. Outras duas seleções devem ocorrer até 2014.
A Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS está elaborando uma proposta de levantamento do conhecimento popular acerca do uso de plantas medicinais na área de saúde da mulher, com o objetivo de sistematizar práticas utilizadas nas mais diversas regiões do país, com foco na população do campo e da floresta e na população indígena. Serão convidados para participar do processo de elaboração da proposta representantes da Marcha das Margaridas, assim como a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Será realizada a capacitação dos enfermeiros da atenção básica para manusear o diafragma nas unidades básicas de saúde.
O Ministério da Saúde está estudando a viabilidade dessa proposta.
Realizar Seminário de Promoção de Equidade em outubro de 2011, visando construir o pacto interfederativo para o desenvolvimento de ações de promoção de equidade no SUS. Realizar a 2ª Campanha Nacional Contra o Racismo Institucional.

PROVIDÊNCIAS

PROVIDÊNCIAS

A Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS realizará um convênio para a realização de um programa de rádio interativo semanal para a difusão de informações e ampliação do diálogo sobre saúde da mulher para a população do campo e da floresta da Amazônia Legal.

A Rede Cegonha prevê que, até 2014, toda gestante usuária do SUS esteja vinculada, desde o pré-natal, ao serviço de saúde em que será realizado o parto.

A Rede Cegonha prevê que, até 2014, toda gestante usuária do SUS tenha apoio financeiro para o deslocamento da gestante para as consultas de pré-natal e o parto

A Rede Cegonha prevê, até 2014, a implantação de 572 novos leitos de UTI adulto em todo o país. Além disso, prevê, até 2016, o custeio dos leitos de UCI neonatal existentes (3.141 até 2015) no país, assim como o custeio de novos leitos de UCI (2.930 até 2015)

PROVIDÊNCIAS

A Rede Cegonha prevê, até 2014, recursos para a adequação da ambiência de 160 maternidades de todo ao país para a atenção ao parto e ao nascimento, de acordo com os parâmetros estabelecidos na RDC nº 36/2008 da ANVISA.

Além disso, prevê recursos para construção/reforma e aquisição de equipamentos para 192 Casas de Gestante, Bebê e Puérpera e 284 Centros de Parto Normal Intra ou Peri-Hospitalares.

A Rede Cegonha prevê a capacitação e a vinculação das parteiras tradicionais à rede de atenção ao parto, principalmente nas regiões da Amazônia Legal e Nordeste. Para isso, as parteiras serão identificadas e cadastradas. A Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS está avaliando a melhor forma de se realizar o cadastramento das parteiras tradicionais no CNES, a partir dos dados das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Vale ressaltar que iniciativas de cadastramento já ocorrem em vários Estados, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, que são profissionais ligados às comunidades. No contexto da Rede Cegonha, também serão adquiridos kits para parteiras tradicionais. Em 2011, serão 1000 kits. Nesse momento, também está em andamento, através de convênios firmados com Secretarias Estaduais de Saúde em 2009, a qualificação de parteiras tradicionais em cinco Estados: AM, PA, PB, PI e TO.

PROVIDÊNCIAS

A Secretaria de Vigilância em Saúde continua realizando o trabalho de apoio aos Estados no fortalecimento da vigilância epidemiológica e na organização do fluxo de investigação do óbito materno. Além disso, a Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS, em parceria com a CGIAE/DASIS/SVS e a FIOCRUZ, está desenvolvendo um curso de educação à distância para profissionais da vigilância epidemiológica de Estados/Municípios e integrantes / novos integrantes de Comitês de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. Até 2014, deverão ser qualificados 2.500 profissionais de todo o país.

Em capacitação um total de 57 hospitais de referência em municípios prioritários no território nacional no período 2011/2012 em três projetos desenvolvidos com financiamento (convênios).

Institucionalização da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento em hospitais públicos estaduais e municipais.

Realização do 16º Fórum Interprofissional de Atenção a Violência Sexual e Aborto Previsto em Lei – 2011.

O Ministério da Saúde desenvolve de forma permanente em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde articulação para a adesão de novos serviços hospitalares ao Projeto de Redução ao Aborto Inseguro no Brasil, com prioridade para interiorização das ações previstas para o período 2012-2015 com ampliação de 30% em números absolutos.

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS
<p>As equipes de ATES devem mapear, divulgar e estimular a participação das mulheres assentadas nestes espaços (Colegiados Territoriais, Conselhos de Desenvolvimento Rural, etc.). No segundo semestre de 2011 a DPMR continuará as ações para ampliação da participação das mulheres nos colegiados territoriais fortalecendo os comitês existentes, capacitação das mulheres sobre as política públicas e <u>desenvolvimento territorial</u>.</p> <p>Informações SPI/MP - Entre as metas de gestão transversal de políticas para as mulheres, constam as seguintes: "Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres", "Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres", "Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres", "Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres", "Ampliar em 30% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres", "Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação".</p>

PROVIDÊNCIAS
A Assessoria Especial de Gênero tem realizados ações junto as Superintendências Regionais do MTE, Secretarias Temáticas do MTE, Órgãos Internos e Externos tais como: Comissões, Conselhos, Fóruns e outros com recorte de Gênero.
Será iniciada a articulação no Governo.
Deve-se garantir o registro e divulgação nas orientações de um percentual de 30% das mulheres na participação dos colegiados de forma efetiva e auxiliando na estruturação do comitê e câmaras temáticas. Divulgar o PTDRS, as ações das Bases de Serviço junto ao grupo de Jovens e mulheres.
Resposta em anexo.
As equipes de ATES devem mapear, divulgar e estimular a participação das mulheres assentadas nestes espaços (Colegiados Territoriais, Conselhos de Desenvolvimento Rural, etc.).

Pauta Marcha das Margaridas

PROVIDÊNCIAS